

LILIAN BEATRIZ CARLOS

**UMA RELAÇÃO A DOIS:
A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NOS PRIMEIROS ANOS DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

São Leopoldo
2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

C284r

Carlos, Lilian Beatriz.

Uma relação a dois : a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Lilian Beatriz Carlos. – 2008.

80 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

"Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir".

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Brasil - Geografia. 3. Brasil - Historiografia. 4. Brasil - Geografia - História. 5. Brasil - História. I. Título.

CDU – 94(81)

LILIAN BEATRIZ CARLOS

**UMA RELAÇÃO A DOIS:
A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NOS PRIMEIROS ANOS DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovada em 03 de abril de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir - UNISINOS (orientador)

Prof. Dr. Temístocles Cezar - UFRGS

Prof.^a Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck - UNISINOS

Aos meus pais.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, às duas pessoas que mais me apoiaram no período de elaboração do projeto de pesquisa, sem o qual essa dissertação não existiria. Ao professor Temístocles Cezar por toda orientação e ajuda que me deu na elaboração do projeto. À minha querida amiga Clarisse Jacques, arqueóloga, que além de me incentivar, se dispôs a discutir o projeto comigo.

Ao professor Flávio Heinz pela orientação durante todo o primeiro ano de pesquisa, e pela oportunidade de participar do enriquecedor convênio entre a Unisinos e a Unicen (Universidad Nacional del Centro).

Às professoras Eliane Fleck e Maria Cristina Bohn Martins pela recepção preocupada e atenciosa em suas disciplinas.

Ao meu orientador, professor Cláudio Elmir, a quem eu deveria agradecer com, no mínimo, três páginas de muito obrigadas. Pela atenção, pela disposição, pela seriedade, pela quantidade de livros que comprou para me emprestar – agora ele tem uma considerável bibliografia sobre geografia – pelo incentivo, pelas críticas, pelo respeito, pela confiança e pelo carinho também.

A minha amada amiga Taíse Quadros pelas longas conversas, ainda na fase do projeto, pelo constante diálogo e incentivo. Também sou grata pela hospedagem na Corte, sem a qual a viagem ao Rio de Janeiro, para a consulta dos arquivos do IHGB, teria sido financeiramente inviável.

Aos meus queridos amigos que fiz durante o mestrado, especialmente ao Fabrício Romani Gomes pelas longas conversas e trocas de idéias e com quem descobri que uma grande amizade pode ser construída em muito pouco tempo. A Débora Clasen De Paula pelos extensos diálogos que tivemos no período em que convivemos, mas principalmente por ter sido um anjo-da-guarda durante os nossos dois meses na Argentina.

Às professoras Mónica Blanco, Blanca Orieta Zeberio e Andrea Reguera, da Unicen, pelo carinho com que nos receberam, pela preocupação e profissionalismo com que trataram nossas pesquisas e pela disposição em ler nossa primeiras conclusões parciais. A cada um dos “chicos”, Valéria Palavecino, Valéria D’Agostino, Juan Manuel Padrón e Luciano Barandiaran, por toda atenção que dedicaram a nós em Tandil. “Gracias”.

Ao Vincent, querido amigo, que aceitou o meu pedido, em meio às suas muitíssimas tarefas, para que fizesse o abstract. “Thank you”.

Aos meus pais, Milton e Eglá, e a minha irmã Aline e meu cunhado Flávio, que num escambo entre eles presentearam-me com um computador, que garantiu que eu pudesse fazer todos os trabalhos, do primeiro ano de estudos, em casa. Ao Raul por estar sempre disposto a ouvir uma resposta mais alongada do que esperava.

Ao Enguer por todo o carinho e amor nesta jornada que conjugou, com felicidade, o mestrado e a institucionalização da nossa relação a dois.

Por fim, ao Estado brasileiro, que continua acreditando na ciência e na pesquisa como importantes meios de desenvolvimento do país. Graças a essa crença é que são mantidas instituições como o Cnpq, da qual recebi uma bolsa integral durante estes dois anos de curso.

Resumo

História e Geografia são domínios que, a despeito de terem suas institucionalizações em momentos diferentes, no século XIX, se desenvolveram e mantiveram uma estreita relação. Foram inicialmente considerados indissociáveis pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O objetivo inicial da instituição, fundada na Corte do Império em 1838, era acumular documentos que viabilizassem uma futura escrita pátria da história e da geografia. O IHGB encarregou-se de uma operação que articulava território e nacionalidade. A legitimação da unidade política e a consolidação do território brasileiro foram, portanto, pensadas por uma parte da elite política imperial dentro desse Instituto. É por esse motivo que a instituição, apesar de se inspirar no Institut Historique de Paris, foi constituída histórica, mas também geográfica. Neste trabalho analiso como a relação entre a geografia e a história era concebida por determinados sócios, especialmente nos seus primeiros anos de existência quando os responsáveis pela proposta de um Instituto de dupla matriz estavam no comando da instituição. As principais questões que norteiam a dissertação dizem respeito à concepção de ciência de alguns sócios do Instituto, ao estatuto epistemológico da geografia em relação à história, bem como estão relacionadas também com o trabalho que as comissões de história e geografia realizavam, sobretudo as críticas. A principal fonte deste trabalho são os textos publicados nas Revistas Trimensais do IHGB, ainda que conte também com alguns manuscritos dos arquivos do Instituto, dos quais ele tem a guarda em sua sede no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Relação entre História e Geografia; História do Brasil; Historiografia.

Abstract

History and Geography are domains that, despite being institutionalized at different moments in time, on the 19th century, developed and kept a close relationship. They were initially considered indissociated by Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) membership. Founded by the Empire court on 1838, the institution initial objective was to gather documents which would lead to a future history and geography national writing. IHGB then led an operation which built territory and nationality. The politics unity legitimation and consolidation of Brazilian territory were then thought by part of the imperial politics elite within the Institute. This is why this institution, despite being based on Institut Historique de Paris, was historically and also geographically built. This work presents an analysis on the relationship between geography and history as conceived by its membership, specially on the very first years, when in charge were those responsible by an Institute of double conception. The main questions guiding this dissertation are on the science conception of Institute membership, on the epistemologic geography statue with respect to history and on the work the history and geography commissions performed, specially the reviews. The main reference on this work are the papers published on IHGB Trimonthly Magazine, but some manuscripts held at the Institute archives, based on Rio de Janeiro, are also referenced.

Keywords: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; History and Geography relationship; Brazilian History; Historiography.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 A História e a Geografia, as Ciências e as Letras, o Cônego e o Visconde	15
1.1 Uma Relação a dois.....	15
1.2 Discutindo a Relação.....	25
1.3 O Cônego, o Visconde e a Ciência.....	29
Capítulo 2 De um Extremo a Outro: a crítica das comissões de história e geografia	37
2.1 A Crítica Extrema	39
2.2 A Crítica Negociada.....	52
2.3 A Crítica da Crítica.....	57
2.4 Visão: uma constante epistemológica, um caso a parte.....	63
Conclusão	68
Fontes	72
Referências Bibliográficas	75

Introdução

*“Enquanto a pesquisa é interminável,
o texto deve ter um fim,
e esta estrutura de parada chega até a introdução,
já organizada pelo dever de terminar.”*

Michel de Certeau¹

Como fazer uma pesquisa, interminável por “natureza”, transformar-se em um texto finalizável? Certeau (1982, p.81) indica o caminho: “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira.” Eleger um tema. Delimitá-lo. Definir um problema. Eleger alguns assuntos, algumas fontes, algumas discussões, alguns personagens. A minha escolha inicial para esta investigação foi a *relação*, entre a história e a geografia.

No último ano da minha graduação em História, resolvi frequentar uma disciplina do curso de Geografia. Tratava-se de uma disciplina eletiva, ou seja, não era obrigatória para o currículo padrão do curso de História. O nome da disciplina era *Geografia Humana A* e se tratava de uma introdução à Geografia. Ao ler um dos livros, sobre a história do conhecimento geográfico, da bibliografia sugerida pelo professor, me deparei com uma história muito familiar. A geografia havia se institucionalizado no século XIX, sua constituição estava relacionada ao processo de formação dos Estados nacionais e, mais, caso se recuasse ainda mais no tempo encontraríamos Heródoto como uma importante referência para a disciplina (LENCIONI, 2003). Tudo isso me remetia à História. Especificamente, no que se referia ao processo de institucionalização da disciplina e sua vinculação com o uso político ao qual ela foi submetida, tal como a construção da identidade nacional. Embora hoje o curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde me graduei, esteja vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o de Geografia, ao de Geociências, ambos tiveram origem no curso de

¹ CERTEAU, 1982, p. 94.

Geografia e História que foi instituído na década de 1940, quando a Universidade ainda atuava sob a gestão estadual.²

Apesar dessa relação institucional inicial, da semelhança entre os discursos de ambas sobre o uso político pelo qual passaram, uma pouco se remete à outra. Ou seja, há pouco, muito pouco espaço em suas “histórias” dedicado a esta antiga e longa relação, principalmente no que se refere ao Brasil. Ao longo do século XIX, a história e também a geografia foram, aos poucos, se afastando de outras áreas do conhecimento, buscando alcançar, dessa forma, uma identidade científica própria.³ Certamente, na busca pela autonomia disciplinar nos oitocentos, as ligações com outras disciplinas foram colocadas de lado e algumas vezes propositalmente omitidas.

A primeira instituição fundada no Brasil que tinha como objetivo promover a História, também se dedicava à promoção da Geografia. Estou me referindo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. O cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raymundo da Cunha Mattos foram os responsáveis pela proposta de criação desse Instituto, sob a reivindicação da necessidade da existência de uma história e de uma geografia feitas a partir do Império do Brasil. O IHGB deveria ser o lugar que reuniria toda a documentação necessária a essa história e a essa geografia. Em se tratando desse Instituto, poderia ter escolhido estudar algum assunto relacionado à História ou à Geografia.⁴ Poderia ainda investigar questões ligadas à arqueologia e a etnografia, já que a partir de 1847 o Instituto passou a contar com mais uma seção que deveria dar conta de mais essas duas áreas.⁵ No entanto, elegi investigar mais

² Sobre o assunto ver: RODRIGUES, Mara. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 40. In: **Metis: história e cultura**. V.1, n.2, jul-dez/2002. p. 77 et. Seq.

³ Júlio Aróstegui afirma que a partir da segunda metade do século XIX a filosofia positivista teve maior influência sobre a ciência. Cada vez mais, a exigência era pela especialização. O afastamento da História em relação à literatura é um exemplo disso (ARÓSTEGUI, 2006. p. 109 et seq).

⁴ Só para citar alguns exemplo em história: DA SILVA, Taíse Tatiana Quadros. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. (org.). **Estudos sobre a escrita da história** Rio de Janeiro: 7 letras, 2006. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, 1997. As pesquisas no campo geográfico são menos numerosas, e geralmente não focam apenas o IHGB, mas temos também alguns exemplos: PEIXOTO, R. A. A Máscara da Medusa: A Construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2005. PEREIRA, Sérgio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In: **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul/dez 2005.

⁵ Ver: MOTA, L. T. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as Populações Indígenas no Brasil do II Reinado. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n.1, p. 117-142, 2006. LANGER, Johni. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. In: **Anos 90**, Porto Alegre, n. 9, julho de 1998. p. 165-

detidamente a *relação* entre a história e a geografia nessa sua primeira forma institucionalizada no Brasil.⁶ Tão genérico, quanto impreciso; seria necessário focar em problemas mais específicos para que a pesquisa se tornasse factível.

A primeira questão a ser respondida, então, é a qual relação estou me referindo. A proposta é, então, investigar qual era a relação epistemológica entre a geografia e a história no Brasil em meados do oitocentos. Trata-se, portanto, de esclarecer como uma certa elite política⁷ ao organizar uma instituição no intuito de desenvolver as ciências e as letras, lançou os primeiros fundamentos das disciplinas histórica e geográfica no Brasil.

A *relação* me coloca, então, diante do mesmo dilema epistemológico da geografia. O conhecimento geográfico que buscava alcançar o status de ciência no século XIX, pretendia ser a ciência da relação do homem com seu meio. Ou seja, o objeto da geografia que surgia não era, portanto, nem homens, nem meio, mas sim a *relação* de um com outro (SUERTEGARAY, 1999). Um problema. Ou o que Reinhart Koselleck chamou de “situação precária” pelo fato de a Geografia – desde Kant e Herder – ter que ser ao mesmo tempo ciência da natureza e ciência social (KOSELLECK, 2001, p. 95). Essa situação acabou gerando um dilema de identidade para a disciplina que perdura até hoje, ao menos no caso brasileiro. Observando a vinculação do curso nas diversas universidades brasileiras, notamos que em algumas ele está vinculado aos Institutos de filosofia e ciências humanas, como nos casos da UFPel, UNISC, PUCRS, UFPE e USP, só para citar algumas. Em outras, ele está vinculado ao Instituto de Geociências como na UFRGS, Unicamp, UFRJ e UFBA, por exemplo.

Em princípio, o tema desta pesquisa não seria nem a história, nem a geografia, mas sim sua relação. Um grande problema! Acredito que uma forma de dar a ele resolução seja através das próprias definições e justificativas que os sócios do IHGB construíram ao sustentar a fundação de uma instituição que fosse, ao mesmo tempo, histórica e geográfica. Ou seja, para não tomar como parâmetro anacrônico a relação que as duas áreas entretêm hoje, é preciso entender como esta ligação era compreendida na primeira metade do século XIX. Outra maneira possível

185. TURIM, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. (org.). **Estudos sobre a escrita da história** Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

⁶ Institucionalização no sentido de pertencer a uma instituição.

⁷ Sobre a formação dessa elite política ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

de estabelecê-la é comparando as atribuições e a metodologia de trabalho das avaliações que as comissões de história e geografia realizavam de documentos e obras pertinentes ao Brasil. Essa comparação entre os juízos e pareceres talvez permita perceber quais eram as semelhanças e as diferenças metodológicas de trabalho das comissões, bem como pode permitir a identificação de critérios que fossem específicos de uma área ou de outra.

Definir exatamente com quais questões trabalhar exige um diálogo constante com as fontes. Ou seja, os textos publicados nas revistas do IHGB constituem o guia das possibilidades e, ao mesmo tempo, os limites da pesquisa. Há uma grande variedade de textos publicados no periódico. Desde documentos do período colonial, passando por relatórios administrativos das Províncias, biografias, memórias, pareceres e discursos de autoria dos sócios do Instituto. De todos esses tipos, estou optando pelos que foram escritos pelos próprios sócios, uma vez que busco as explicações e justificativas que eles produziram ao pensarem o IHGB. Entre estes textos, seleciono para analisar pormenorizadamente os discursos publicados das comemorações dos aniversários do Instituto, as atas das reuniões e os juízos e pareceres que os sócios eram incumbidos de fornecer a respeito de obras já publicadas sobre o Brasil. Além de mais alguns outros textos muito significativos por apresentarem definições importantes e algumas diretrizes ao Instituto. São textos como o *Discurso* de Januário da Cunha Barbosa, e *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil* de Rodrigo de Souza da Silva Pontes.⁸ Os discursos lidos nos aniversários da instituição são igualmente interessantes, pois além de apresentarem um balanço sobre os trabalhos desenvolvidos ao longo de um ano do Instituto, também são ocasiões em que o Presidente e o primeiro-secretário refletem sobre história, geografia e ciência. As atas relatam a rotina burocrática do IHGB, assim como funcionam como um espaço para a publicação de algumas correspondências e até mesmo de alguns pareceres. Os juízos são textos em que uma comissão designada pelos seus pares apresentava uma crítica produzida no intuito de avaliar alguma publicação ou documento relativo à história e/ou à geografia do Brasil.

É também através do diálogo entre a pesquisa e os problemas colocados inicialmente ao trabalho que vão sendo definidas novas questões. Essas, por sua vez, acabam possibilitando que seja feita uma escolha em relação ao período de que deve tratar esta dissertação. Assim, dirijo a pesquisa aos primeiros anos de existência da instituição por se tratar de um período

⁸ *Revista do IHGB*, tomo I, 1839 e *Revista do IHGB*, 1841, tomo III, respectivamente.

especificamente importante para entender por que o Instituto foi fundado sob esta dupla matriz: a histórica e a geográfica. Minha hipótese é de que isso ocorreu, em grande medida, em função das concepções que os dois proponentes do IHGB, Januário da Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha Mattos, e seu presidente, José Feliciano Fernandes Pinheiro, tinham a respeito da história e da geografia. De acordo com suas concepções, não só as duas disciplinas deveriam estar em constante relação, como também os seus desenvolvimentos individuais só poderiam ser levados a cabo através dessa relação. As mortes de Cunha Barbosa e do Visconde, somadas a outros fatores, tais como a maior participação efetiva de D. Pedro II no IHGB e as concepções dos sócios que assumiram a administração do Instituto então, acabaram gerando uma nova situação na instituição.⁹ Por isso, este trabalho se concentra nestes primeiros anos em que Januário da Cunha Barbosa e Fernandes Pinheiro e suas concepções marcaram um período muito distinto da instituição – todos estes argumentos serão mais bem desenvolvidos no primeiro capítulo do trabalho.

Para que se possa compreender, além da própria problemática do trabalho, a estrutura formal na qual ele se organizou, no primeiro capítulo busco contextualizar o surgimento destas duas áreas do conhecimento no cenário europeu e também no nacional – que será apresentada no item *1.1 Uma relação a dois*. Além disso, discuto duas questões imperativas frente ao problema. A primeira diz respeito ao estatuto epistemológico da geografia em relação à história. A pergunta que guia a discussão é a seguinte: a geografia seria considerada pelos sócios uma ciência auxiliar da história? Saliento que o objetivo aqui é procurar perceber qual era a posição destes letrados a respeito desta pergunta – este debate forma o item *1.2 Discutindo o relacionamento*. A segunda questão está relacionada à definição de ciência que os sócios faziam. Tanto a história como a geografia eram apresentadas como dois ramos científicos que deveriam ser desenvolvidos no Brasil. Busco identificar, portanto, qual era a concepção de ciência que guiava as idéias do cômego Cunha Barbosa e do então presidente do IHGB. Isso porque são deles os principais textos que contêm subsídios para este tipo de definição – no item *1.3 O Cômego, o Visconde e a Ciência*.

No segundo capítulo abordo sob outro ângulo a relação destes dois ramos do conhecimento. Através da análise detida de alguns juízos e pareceres, procuro identificar os critérios utilizados pelas diferentes comissões, bem como parâmetros estabelecidos para o

⁹ Sobre a maior participação do Imperador no IHGB ver: SHWARCZ, Lilia Moritz. “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II. In: **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

juízo das obras que eram submetidas à crítica. No item 2.1 *A Crítica Extrema* analiso juízos que foram bastante incisivos, tanto para os elogios, quanto para as críticas negativas. Assim como, no item 2.2. *A Crítica Negociada* trabalho com juízos que não foram tão contundentes. O objetivo neste ponto é identificar semelhanças e/ou diferenças entre os critérios para uma história e geografia através da comparação dos pareceres. Em *A Crítica da Crítica* (2.3), faço um questionamento a fim de elucidar se o objeto das críticas seriam realmente as obras submetidas, ou se elas seriam uma forma indireta de julgar seus autores. Por último, uma pequena reflexão sobre um tema que está presente e é instrumento de conhecimento para a história e para a geografia: a visão – que será tratado no último item chamado *Visão: uma constante epistemológica, um caso a parte*.

Este é, portanto, um trabalho em historiografia. Isso significa que ele tem por objeto a escrita da história. Nas palavras de Manoel Salgado Guimarães (2005, p. 32), em um artigo que busca discutir a constituição do campo da historiografia, “nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos. Interrogá-lo é tarefa da historiografia (...)”. É isso que, em certa medida, se propõe esta dissertação: interrogar sobre as primeiras aspirações científicas da história no Brasil. E como ela, a história, surgiu aqui numa instituição histórica e geográfica, pensei que este dado não poderia passar despercebido. Mais do que isso, mereceria uma especial atenção.

1. A História e a Geografia, as Ciências e as Letras, o Cônego e o Visconde

*“Separar a História da Geografia
é fazer retroceder a ciência,
é não querer atingir o seu fim.”*

Januário da Cunha Barbosa¹⁰

Neste capítulo abordarei a questão da organização do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em torno desta dupla matriz: a história e a geografia. Em seguida, desenvolverei uma reflexão a respeito do papel ocupado pela geografia no Instituto. A discussão refere-se ao estatuto da geografia – ciência auxiliar da história? Finalmente, buscarei identificar qual é o conceito de ciência que fazia parte das concepções dos membros do Instituto – especialmente do seu presidente José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo e do primeiro-secretário perpétuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa.

1.1 Uma Relação a Dois

A história e a geografia foram institucionalizadas ao longo do século XIX, ainda que seus “momentos epistemológicos” tenham se dado em diferentes períodos. Ambas disciplinas modernas têm paternidade germânica – a história com Leopold von Ranke (1795- 1886) na Universidade de Berlim, em 1825 (GALLERY OF HISTORIANS AT THE INSTITUTE OF HISTORY, 2007) e a geografia com Friedrich Ratzel (1844-1904) na Universidade de Leipzig, em 1886 (MARTINS, 2007). Recuando ainda mais no tempo, encontramos Heródoto como uma importante referência para ambas¹¹. Para além do fato de elas terem sido

¹⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Segunda sessão pública aniversária. In: **Revista do IHGB**, 1840, tomo II, p.588.

¹¹ François Hartog lembra que foi Cícero, no século I a.C., quem designou pela primeira vez Heródoto como pai da História. Além disso, Hartog cita a frase de Momigliano: “É verdadeiramente singular que Heródoto tenha-se tornado mesmo o pai da história apenas nos tempos modernos”. (HARTOG, 1999b, p. 17 e 31). A geógrafa Sandra Lencioni afirma que Heródoto não apenas é um dos grandes nomes relacionados ao conhecimento geográfico na Antigüidade, como também comenta que ele foi a inspiração de Alexandre von Humboldt quando este escolheu o nome que designou a floresta Amazônica. (LENCIONI, 2003. p. 39 e 40). Não é por acaso também que uma revista francesa de geografia se chama *Hérodote*.

institucionalizadas no mesmo século e terem “paternidades” próximas, a história e a geografia se desenvolveram como ciências que deveriam estar relacionadas. De acordo com alguns autores, o que marca estas duas ciências de forma relacional é o contexto mais geral da consolidação da ciência no mundo moderno e também o da formação dos Estados nacionais.

Segundo Milton Santos, o pensamento de Newton e Kant consolidou, no século XIX, a idéia de que tempo e espaço eram duas categorias separáveis. Isso era possível porque os conceitos de espaço e tempo operados por estes “pensadores” eram conceitos absolutos – que tinham existência real (SANTOS, 2004, p. 134). De acordo com o geógrafo Roberto Lobato Correa (1982, p. 27), com este conceito de espaço absoluto “o espaço torna-se uma coisa em si mesma, sendo independente de qualquer coisa, constituindo-se no receptáculo que contém as coisas.” Segundo Albert Jacquard (1998, p. 33), até o início do século XX “podia-se considerar o tempo como um pano de fundo impassível, inexorável, diante do qual os acontecimentos se desenrolam”. Essas concepções viabilizaram o surgimento de duas ciências distintas, uma que se ocupasse somente do espaço - a geografia - e outra que se dedicasse ao estudo do tempo - a história. Entretanto, para se ter a idéia da totalidade – noção fundamental da ciência do século XIX - era imprescindível que tempo e espaço, história e geografia, estivessem relacionados.¹²

Os diferentes contextos da formação dos Estados nacionais apontam para um processo que também imbricava história e geografia, pois implicava a vinculação de um Estado a um território. Para Demétrio Magnoli (1997, p. 15) “o Estado contemporâneo ergueu-se sobre a delimitação precisa do território e a imposição de uma ordem jurídica e política homogênea”, e o nacionalismo foi o discurso que “camuflou” toda esta operação que articula Estado, território e nação. Um discurso que pretendeu mascarar os usos da história e da geografia enquanto instrumentos da construção do Estado-nacional – isso ocorreu tanto nos processos europeus, como também no brasileiro, guardando, é claro, suas devidas especificidades.¹³

¹² A teoria da relatividade de Einstein rompeu com este paradigma da separabilidade entre tempo e espaço. Jacquard afirma que desde então “o tempo não preexiste aos acontecimentos, mas é gerado por eles. (...) Com a relatividade restrita proposta em 1905, Einstein mostrou que as quatro dimensões que permitem identificar um acontecimento não podem ser distribuídas, por um lado, nas três dimensões de espaço e, por outro, na dimensão do tempo. Se se deseja poder descrever por meio de relações semelhantes o mesmo acontecimento em referenciais distintos, é necessário considerar um conjunto indissociável de quatro dimensões, o ‘espaço-tempo’.” As quatro dimensões referem-se às três do espaço (altura, largura e profundidade) mais a dimensão do tempo. (JACQUARD, 1998, p. 33). Reinhart Koselleck também aborda esta questão das diferentes concepções de espaço, quando discute as noções de espaço e história em seu livro **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**, especialmente o capítulo *Sobre la antropología de las experiencias del tiempo histórico*, item “Espaço e história” (KOSELLECK, 2001).

¹³ Marcelo Escolar afirma ainda que a institucionalização da geografia acadêmica tanto na Alemanha quanto na França está ligada não somente à organização do Estado-nacional de maneira geral, mas fundamentalmente à ocupação prussiana da Alsácia e Lorena. Neste sentido, a Alemanha que se formava produzia um discurso

Analisando o caso do Brasil, Temístocles Cezar afirma que ambas disciplinas estiveram submetidas a um uso político comum: a construção da identidade nacional (CEZAR, 2005, p. 82-83). Enfim, é a partir da constatação desta íntima relação, ou melhor dizendo, desse uso comum que busco compreender como foram constituídos e sistematizados estes dois saberes no Brasil, e portanto, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹⁴

Emmanuel Kant dava aulas de Geografia Física em Königsberg, entre 1756 e 1796. De acordo com Sandra Lencioni (2003, p. 68 e 78), é em Kant que se encontra a raiz da idéia de que o fundamento da geografia é o espaço. Desde 1809, havia uma cátedra de geografia na Sorbonne. Carl Ritter, em 1838, era professor da cátedra de geografia na Universidade de Berlim (LENCIONI, 2003, p. 91). Porém, foi a cátedra ministrada por Ratzel, na década de 1880, que marcou a institucionalização da geografia. Foi na Alemanha - ainda inexistente enquanto Estado-nacional, mas que desde o início do século XIX almejava a unificação¹⁵ - é que ocorreram as primeiras sistematizações do conhecimento geográfico.¹⁶

No Brasil, a institucionalização é datada na década de 1930, quando foi instituído o primeiro curso de história e geografia com a criação da Universidade de São Paulo (USP).¹⁷

geográfico que pretendia “explicitamente ligar as condições fisiográficas de uma porção da superfície terrestre a certas características essenciais de uma população” – que justificasse sua ocupação. Por outro lado, a França produziria um discurso que articulava “substrato ‘físico natural’ e ‘ação humana’ em um simulacro de investigação objetiva a fim de delinear entidades orgânicas histórico-territoriais” (ESCOLAR, 1996, p. 30-31). François Cadiou menciona a preocupação de Vidal de la Blache com a defasagem do ensino de geografia na França em relação à Prússia. (CADIOU, 2007, p. 176).

¹⁴ No Brasil do século XIX, conforme afirma Guimarães, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o lugar privilegiado da produção historiográfica. Ao invés dos embates acadêmicos das universidades européias, houve a “homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras.” Portanto, os discursos histórico e geográfico foram homogêneos e produzidos num mesmo ambiente, o do IHGB. Por isso, considero o Instituto uma instituição fundamental para se entender a relação e formação destas duas disciplinas. (GUIMARÃES, M., 1988, p. 5).

¹⁵ A respeito da unificação da Alemanha, Antonio C. R. Moraes afirma que a primeira manifestação concreta do ideal de unidade germânica ocorre com a formação da “Confederação Germânica”, de 1815, que estabelecia laços econômicos entre os membros: principados alemães e os reinos da Áustria e da Prússia (MORAES, 1986, p. 46).

¹⁶ Sobre as primeiras sistematizações do conhecimento geográfico, Sandra Lencioni percorre o caminho da produção do conhecimento geográfico, desde a Antiguidade até a constituição da geografia ciência, no século XIX. Importante salientar ainda que a autora diferencia conhecimento geográfico de geografia. Esta seria um ramo do conhecimento científico específico, enquanto aquele não estaria limitado “às formas acadêmicas instituídas no século XIX”. Foi através da sistematização do conhecimento geográfico que nasceu a Geografia (LENCIONI, 2003, p. 21-23). Para uma perspectiva totalmente distinta ver: HISSA, Cássio Eduardo. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

¹⁷ No Rio de Janeiro, a instalação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, também inseria o curso de história e geografia nos quadros da universidade carioca. FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, M.L. S. (org) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7letras, 2006. p. 142. Já no Rio Grande do Sul, somente em 1943 é que foi instituído o curso de história e geografia no cenário universitário gaúcho. (RODRIGUES, M., 2002, p. 76). Para o caso francês, apesar de já existirem as cátedras das duas disciplinas, Cadiou afirma que “(...) até a segunda Guerra Mundial, os estudantes das universidades francesas freqüentavam o curso de ‘história-geografia’” (CADIOU, 2007, p.176 nota 42).

Porém, acredito que a institucionalização disciplinar deve funcionar mais como um umbral do que como uma porta através da qual não podemos passar.¹⁸ É necessário recuar cerca de um século, para compreender como estas disciplinas começaram a ser pensadas e organizadas no Brasil, quando foi fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, depois de passados dezesseis anos da declaração de independência do Brasil. A proposta de criação desse Instituto surgiu de dois membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raymundo da Cunha Mattos.¹⁹ Eles reivindicavam a necessidade da existência de uma história e de uma geografia do Império do Brasil.

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros.²⁰

Segundo eles, era preciso que um império independente fizesse sua própria história e geografia. Para isso, era necessário que se reunisse, em um só lugar, toda a documentação que interessasse a essa história e a essa geografia, e o IHGB pretendia ser este lugar.

De acordo com a *Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os estatutos da instituição teriam como modelo os do Instituto Histórico de Paris, este fundado em 1832.²¹ Entretanto, havia uma diferença importante entre o instituto brasileiro e o francês: o do Brasil não se dedicaria somente aos estudos históricos. Estava incluída em seus objetivos, em seu programa e em seu próprio nome a geografia. Essa escolha

¹⁸ Lia Osório Machado faz uma crítica a este corte e o conseqüente abandono dos estudos geográficos para o período anterior à década de 1930 (MACHADO, 2005, p.314). Neste mesmo sentido, Massimo Quaini salienta que “toda a história anterior é de modo geral vista como história de *precursores* da geografia moderna (...)”, e como isso está associado a uma idéia de evolução linear e progressista da disciplina. (QUAINI, 1992, p. 15).

¹⁹ Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839) faleceu antes de a instituição completar um ano de existência. Nascido em Portugal, Cunha Mattos desde muito jovem esteve vinculado à vida militar. De acordo com Neuma Brilhante Rodrigues, ele cursou Matemática pura aplicada à artilharia na Escola Regimental em Algarves (RODRIGUES, N., 2007, p.1). Na lista de sócios do Instituto ele é classificado como marechal de campo.

²⁰ Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1839, tomo I, p.5. A ortografia de todas as citações foram convertidas ao português atual, mas a pontuação e sintaxe do texto original foram mantidas.

²¹ Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1839, tomo I, p.5-7. Apesar de os sócios do IHGB terem contato e conhecimento com a produção alemã, o ambiente francês foi a grande referência aos letrados brasileiros. Através da leitura das atas das reuniões do Instituto, notamos que a troca de correspondências e de publicações foi bastante intensa com as instituições francesas, principalmente com o Instituto Histórico de Paris e a Sociedade Real de Geografia de Paris.

foi defendida por Januário da Cunha Barbosa que alegava que separar a história da geografia era retroceder no caminho rumo ao desenvolvimento da ciência.²² Devemos, porém, complexificar a compreensão do argumento ancorado no desenvolvimento científico utilizado pelo cónego. A criação de uma instituição que se dedicasse à construção da história concomitantemente com a geografia, a partir do Brasil, está relacionada ao contexto político pelo qual passava o Império do Brasil. As questões territoriais não apenas eram um fator importante para a consolidação do ainda fragilizado império, como também estavam longe de ser um assunto bem-resolvido pelo Estado brasileiro. Durante o governo de D. Pedro I, o Império havia enfrentado, mesmo que satisfatoriamente - do ponto de vista do governo - a Confederação do Equador, em 1824 – que foi a proclamação em Pernambuco de um governo federativo e republicano (NEVES; MACHADO, 1999, p. 107). No ano seguinte, em 1825, a Cisplatina havia iniciado uma rebelião regional que proclamou a separação do Brasil – resultando na definitiva independência, em 1828, da República Oriental do Uruguai. Durante o período das regências (1831-1840) começou uma série de revoltas – tais como a guerra farroupilha no Rio Grande do Sul, a Guerra dos Cabanos em Pernambuco, a Cabanagem no Pará e a Sabinada na Bahia, só para citar algumas, que tiveram início neste período - que colocavam em risco os contornos pré-definidos pela elite política como sendo “o Brasil”.²³ Ilmar Mattos (2004, p. 95) afirma que “a idéia de Império seria associada à garantia de uma unidade”, que seria a “unidade de um território, que se confunde a cada passo com a de um corpo político”. Consolidar as fronteiras, defender um território. Este era o *não-dito* do

²² Januário da Cunha Barbosa (1780 – 1846) era cónego da Capela Imperial, diretor da Imprensa Nacional, bibliotecário da Biblioteca Pública de Corte e professor de filosofia racional e moral. Foi também um dos poucos sócio-fundadores que não teve sua formação na Universidade de Coimbra. Alguns textos sobre o cónego: CASAGRANDE, Ieda M. K. **O projeto Januário da Cunha Barbosa: contribuições para a memória da instrução elementar pública brasileira.** Dissertação de mestrado. UFSM. Santa Maria, 2006. VARELLA, Flávia Florentino. Os desejos de um monarquista convicto: a carta de Januário da Cunha Barbosa ao Imperador D. Pedro II. Disponível em: **Revista eletrônica Cadernos de História**, [www.ichs.ufop.br/cadernos de historia](http://www.ichs.ufop.br/cadernos%20de%20historia). Acessado em: 10/12/2007.

²³ Demétrio Magnoli demonstra em seu livro como se consolidou historiograficamente o mito da ‘Ilha-Brasil’. Essa ilha seria uma noção sobre o Brasil como um grande território separado do resto do continente pelo encontro de duas bacias hidrográficas: a amazônica e a platina. “Os passos iniciais da idealização aparecem no historiador oficial do império, Francisco Adolfo de Varnhagen.” (MAGNOLI, 1997, p. 30). Sobre o mito da ilha-Brasil ver também KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. In: **Varia Historia**. Vol. 23, n. 37, jan/jun 2007. pp. 70-80. Uma construção simbólica semelhante ocorreu na Argentina, em que a constituição do imaginário nacional também partia da definição do território. Interessante notar que apesar de a Argentina ter se constituído uma república – que deveria marcar uma ruptura com a antiga metrópole – o discurso que pretendia forjar uma territorialidade para a nação se ancorava em uma estrutura administrativa espanhola: o vice-reinado. De acordo com Paulo Cavaleri, o mito da restauração do vice-reinado é o “(...)mito fundador do nacionalismo territorial argentino (...)”. Segundo o autor, Vicente Gregório Quesada foi quem desenvolveu a idéia de que o vice-reinado foi o “molde natural” de uma grande nação que, no fim, não teve lugar (CAVALERI, 2004, p. 12).

argumento de Januário da Cunha Barbosa.²⁴ Esta foi a razão pela qual o Instituto que surgia não poderia tratar apenas de forjar a história do Brasil, mas precisaria também preocupar-se com sua geografia. Um projeto que buscando viabilizar e consolidar o Império, como afirma Cezar (2005, p. 83), serviu também como “sedimento cultural à formação e à delimitação da história e da geografia enquanto domínios científicos”. Nessa mesma linha, Marcelo Escolar (1996, p. 51) argumenta que “a necessidade social de produzir um discurso sobre o território e sobre a identidade nacional trouxe como corolário a formação de um campo disciplinar que na maioria dos países ocidentais se denominou ‘geografia’”.²⁵

Michel de Certeau afirma que “os nascimentos de ‘disciplinas’ estão ligados à criação de grupos”, e que estes grupos institucionalizados não apenas dão estabilidade social a uma ‘doutrina’, mas a torna possível (CERTEAU, 1982, p. 70). Quando foram instituídos os primeiros estatutos do IHGB ficaram estabelecidas, fundamentalmente, duas comissões de trabalhos: a de história e a de geografia. O primeiro artigo dos estatutos do IHGB, de 1838, dizia o seguinte:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil e, assim também *promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público*, logo que o seu cofre proporcione esta despesa.²⁶

Neste mesmo ano Cunha Barbosa salientou:

Os literatos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os sócios deste Instituto não só meditam organizar um monumento de glória nacional, aproveitando muitos rasgos históricos que dispersos escapam à voragem dos tempos, mas *ainda pretendem abrir um curso de história e geografia do Brasil*, além dos princípios gerais, para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os Brasileiros.²⁷

Podemos, então, afirmar que quando foi instituído, o IHGB tinha como objetivo este processo de formação disciplinar da história e da geografia brasileira.

Segundo Renato Amado Peixoto, a centralização política brasileira foi feita através da construção historiográfica que confundia o espaço nacional com a história de suas fronteiras.

²⁴ De acordo com Michel de Certeau, o estatuto de uma ciência está vinculado a uma situação social – a articulação entre um saber e um lugar social. Entretanto, este lugar é silenciado: “Nada dos ruídos de uma fabricação, de técnicas, de imposições sociais, de posições profissionais ou políticas perturbava a paz dessa relação” (CERTEAU, 1982, p. 68-71).

²⁵ Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p. 23 nota 2), sintetizando Marcelo Escolar, destaca muito bem que “enquanto historiadores diferenciam ‘história’ e ‘historiografia’, os geógrafos usam o mesmo termo para denominar o objeto de análise e o discurso acerca deste objeto, nomeando ambos como ‘geografia’”.

²⁶ Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p.18. Grifo meu.

²⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 15. Grifo meu.

O autor afirma que: “ a historiografia utilizaria os mapas e as narrativas geográficas para estabelecer uma historicidade cartográfica do Estado (...)” (PEIXOTO, 2005, p. 77).²⁸ Enfim, Peixoto afirma que houve a consolidação do que ele chama de um “saber sobre o espaço”, no IHGB:

Portanto, constituiu-se paulatinamente um ‘saber sobre o espaço’ obtido por diferentes vias e por diferentes meios, cujo alcance e adequação aos anseios do IHGB seria reconhecido pela consolidação de Cânone de obras essenciais, pela integração do somatório das contribuições regionais, pela divulgação de um número significativo de textos pouco conhecidos ou pelo incentivo e publicação de novas produções. Este ‘saber sobre o espaço’, continuamente depurado, transformado e legitimado no debate do IHGB, foi utilizado para pautar decisões de política interna e externa, e transposto em sucessivas representações cartográficas (PEIXOTO, 2005, p. 129).

Cumprindo com a finalidade de publicar, a revista do Instituto servia como um meio de divulgação dos trabalhos realizados por ele. Ao mesmo tempo também funcionava como uma espécie de arquivo, uma vez que nela iam publicados manuscritos inéditos, obras completas, biografias, além das atas das reuniões do Instituto, os discursos das comemorações dos aniversários, assim como juízos e pareceres das comissões de história e geografia a respeito de obras e documentos existentes. A respeito da organização do periódico, discordo da opinião de Lilia M. Schwarcz (2002, p. 109-110) que afirma que:

a organização interna da revista seguia uma ordem bastante previsível, podendo ser dividida em três partes distintas. A primeira compunha-se de artigos e documentos que versavam sobre questões relevantes ao instituto (...). Da segunda parte constavam biografias de brasileiros (...). Finalmente, a terceira parte era formada por extrato das atas das sessões (...).

Previsível, na minha opinião, seria encontrar um periódico que contivesse, pelo menos, duas seções temáticas: história e geografia, o que não ocorre. Não havia seções definidas na publicação, tampouco havia uma divisão em sua formatação entre as duas principais comissões do instituto, a de história e a de geografia. Ou seja, as memórias e documentos iam sendo publicados aleatoriamente ao longo dos diferentes números do periódico. Pode-se dizer que apenas duas qualidades de textos tiveram uma publicação sistemática, mas não necessariamente ordenada: as atas das reuniões e, depois, as biografias sob a rubrica de *Biografia dos Brasileiros distintos por Letras, Armas, Virtudes, etc.*

Podemos observar também que havia uma tentativa de definição do que deveria ser a história e a geografia feitas no e para o Brasil, bem como, uma intenção explícita de que esta

²⁸ A tese de doutoramento de Renato Amado Peixoto pretende mostrar como as corografias e os mapas cartográficos foram utilizados para registrar a construção e a centralização do Estado brasileiro no século XIX.

publicação servisse de referência para a elite letrada. Assim como a instituição pretendia ter controle sobre a produção, como foi registrado em uma das atas: “Que se declare pelos jornais, que só se devem ter por autênticas as notícias e declarações, que forem publicadas por ordem do Instituto, e assinadas pelos srs. secretários.”²⁹ Nos primeiros anos da revista encontramos diversos juízos e pareceres de obras de diferentes autores que já haviam publicado textos sobre o Brasil. Esses pareceres buscavam, de alguma forma, sistematizar e classificar o material que serviria como fonte para uma futura escrita da história e da geografia brasileira – como veremos no capítulo seguinte. Já no final da década de 1840, o foco da revista recaiu sobre a própria produção institucional.

Por isso, este estudo se concentra nos primeiros dez anos de existência do IHGB – ainda que não deva restringir-se a ele - por acreditar que é um período particularmente importante para compreender a relação entre a história e a geografia no Instituto. Pude identificar, ao longo da pesquisa, que havia uma diferença entre os primeiros anos do Instituto – em que Januário da Cunha Barbosa e o Visconde de São Leopoldo estiveram à frente da instituição - e aqueles que foram marcados por uma maior participação do imperador e também pela maior profissionalização do IHGB – no final da década de 1840.³⁰ Foi pelas mãos de seus idealizadores que a instituição nasceu histórica e geográfica. Nesta primeira década, estes homens que a conceberam, tiveram uma participação ativa e muito provavelmente decisiva nas medidas tomadas e nas concepções e posturas adotadas pelo IHGB. Cunha Mattos morreu logo no primeiro ano de existência do IHGB. Acredito, portanto, que Fernandes Pinheiro e Cunha Barbosa, principalmente, conduziram um projeto que visava desenvolver os dois conhecimentos entrelaçados. Projeto que não era compartilhado pelo quadro diretivo que assumiu logo em seguida da morte destes dois personagens. Um exemplo marcante disso pode ser a proposta de criação de uma seção de etnografia e arqueologia no Instituto. Temístocles Cezar (2006, p. 32) afirma que Varnhagen sugeriu a criação de uma seção de etnografia indígena, em 1841, na sua *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil*. Na ocasião, não foi feito nenhum comentário a respeito. Seis anos mais tarde, depois da morte do primeiro-secretário e do presidente, a criação de uma seção de arqueologia e etnografia americana foi novamente proposta por Manoel Araújo Porto Alegre, Manoel Ferreira Lagos – o, então, primeiro-

²⁹ 9ª Sessão em 6 de abril de 1839. **Revista do IHGB**, 1839, Tomo I. p.111.

³⁰ Sobre a maior profissionalização na década de 1850 ver: GUIMARÃES, Manoel. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

secretário – e Joaquim Norberto de Sousa Silva. Ela foi aprovada naquele mesmo ano e instituída pela reforma dos estatutos de 1851.³¹

Além disso, diversos autores destacam que o final da década de 1840 e início da de 1850 imprimiu mudanças significativas no IHGB. Manoel Luís Salgado Guimarães (1988, p. 11) afirma que no final da década de 1840 o discurso historiográfico do Instituto assumiu formas mais claras e diretas em sua relação com o Estado e que os novos estatutos de 1851 marcaram um alargamento, consolidação e profissionalização do IHGB.³² É importante também destacar que a emenda ao primeiro artigo do estatuto, além de acrescentar uma nova seção, retirava como objetivo do IHGB a promoção de cursos públicos de história e geografia.³³ Note-se ainda que no final da década de 1840, mais precisamente em 1849, é que D. Pedro II, já contando com seus 23 anos, começou a participar mais efetivamente das reuniões do Instituto e a traçar um perfil para o futuro da instituição:

Sem dúvida, Srs., que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, *é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente*, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.³⁴

Acredito que todas estas alterações estatutárias são expressões das mudanças ocorridas no foco dos estudos do Instituto. Mudanças que se deram em função da nova direção que estava à frente do Instituto – incluindo a participação do Imperador - e que foram “coroadas” com a reforma dos estatutos. Ou seja, inicialmente os sócios do IHGB pretenderam um desenvolvimento paralelo das duas áreas. Na segunda sessão de comemoração do aniversário do Instituto, o presidente não esteve presente, e em seu lugar falou o vice-presidente e diretor da comissão de geografia, Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho. Essa foi também a primeira

³¹ Fernandes Pinheiro já estava afastado do cargo de presidente há algum tempo e Araújo Vianna ocupava interinamente seu posto. No entanto, somente após a morte do Visconde e a eleição de Vianna como presidente efetivo é que a referida proposta foi apresentada aos sócios. A eleição ocorreu no dia 12 de agosto de 1847 e a proposta foi apresentada na sessão do dia 2 de setembro. **Revista do IHGB**, tomo IX, 1847, p. 432 e 442.

³² Astor Diehl também fala em um processo de “alargamento dos horizontes e da profissionalização”, ocasionado pelas mudanças internas ocorridas a partir de 1851 (DIEHL, 1998, p. 30). Lucia Maria Paschoal Guimarães também atribui modificações ao final da década de 1840 e utiliza um recorte geracional, referindo-se ao período inicial com a primeira geração de sócios (GUIMARÃES, L., 1997).

³³ Aliás, o projeto de reforma dos estatutos, apresentado em novembro de 1850, teve como base a reforma pela qual passou a Academia Real das Ciências de Lisboa. Interessante notar que a referência estatutária viria neste momento de Portugal e não mais da França. **Revista do IHGB**, tomo XIII, 1850. p 420.

³⁴ 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849. In: **Revista do IHGB**, tomo XII, 1849, p. 552. Grifo meu. Foi proposta, no dia deste discurso feito pelo Imperador, que se cunhasse uma medalha “para memorar este dia e perpetuá-lo de uma maneira digna.”

sessão que contou com a presença de D. Pedro. Chama a atenção a longa argumentação que Januário da Cunha Barbosa faz da idéia de que história e geografia deveriam ser estudadas juntas. O cônego chega a pedir desculpas por ter se alongado no assunto: “mas, desculpai-me, Senhores, se partilhando o justo entusiasmo de um sábio Acadêmico, quando ponderava as vantagens do estudo da História e da Geografia enlaçadas em um só empenho, como no nosso Instituto. (...) Ocupamo-nos, sim, da História e Geografia do Brasil.”³⁵ Talvez não tenha sido uma simples explanação, mas sim uma defesa. Analisando o discurso de Oliveira Coutinho, que pela ordem deveria ser lido antes do relatório do primeiro-secretário, encontramos a seguinte afirmação dirigida ao imperador: “Senhor! É da História principalmente que se ocupa este nosso Instituto...”.³⁶ Creio que as palavras de Januário da Cunha Barbosa foram uma resposta a tal assertiva.

Além disso, comparando as concepções acerca da geografia de Cunha Barbosa e de Manoel Ferreira Lagos – primeiro-secretário que assume com a morte do cônego – notamos que havia uma diferença significativa. Nas palavras de Cunha Barbosa, o estudo da geografia era importante porque:

a superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo da sua ação, e com ele está em uma *relação* eterna. Nem todos os acontecimentos, de que tem sido teatro, lhe pertencem, é verdade; porém alguns há de que não pode jamais separar-se.³⁷

Concluindo que “a influência da natureza sobre o desenvolvimento pessoal dos povos pouco a pouco se tem enfraquecido, à proporção que deles se tem adiantado na vida (...)”³⁸ Por outro lado, Ferreira Lagos, no seu primeiro relatório como primeiro-secretário apresentado na sétima sessão pública aniversária, pergunta se “a constituição física de um país não é conseqüência evidente de sua constituição geológica? E o *solo* não influi sobre os costumes e a indústria de seus habitantes?”³⁹ Afirmando finalmente que “à vista do exposto, é óbvio não poder o geógrafo prescindir da geologia (...)”⁴⁰ Duas perspectivas bem distintas da relação do homem com a natureza.⁴¹ Enquanto que para Cunha Barbosa, como destaca Temístocles Cezar (2005, p. 81), essa relação é uma troca recíproca sem qualquer marca de uma determinação geográfica; para Ferreira Lagos, o solo exerce forte influência sobre os homens,

³⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 589.

³⁶ LAGOS, Manoel Ferreira. Discurso do Presidente. **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 581.

³⁷ BARBOSA, J. da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 587-588. Grifo meu.

³⁸ Id. Ibid.. p. 588.

³⁹ LAGOS, Manoel Ferreira. Relatório do Primeiro- Secretário. In: **Revista do IHGB**, tomo XI, 1848, p. 93.

⁴⁰ Id. Ibid. p. 93.

⁴¹ A pretensão da geografia do século XIX era ser a ciência da relação do homem com seu meio, ou, nas palavras de Dirce Maria Antunes Suertegaray (1999, p. 47), “uma análise de conjunção do natural e do humano.”

chegando a afirmar que as rochas teriam “... refletido sobre cada raça caracteres especiais (...).”⁴² Se para este o “par” da geografia deveria ser a geologia – e até mesmo a paleontologia -, para aquele teria de ser a história. Creio que esta diferença de perspectiva em relação à geografia teve influência nos rumos que os estudos da geografia tomaram dentro do IHGB – certamente que somada aos argumentos anteriormente expostos.

1.2 Discutindo a Relação

A questão que surge tanto do desdobramento da discussão apresentada anteriormente, como também pelo próprio caráter da instituição – dedicada a dois saberes – é a que diz respeito ao estatuto destes dois ramos. Seria a geografia considerada uma disciplina auxiliar da história pelos letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no período de que trata o presente trabalho? A minha intenção aqui não é encontrar uma resposta definitiva a essa pergunta, mas sim tratá-la como um problema sobre o qual devemos discutir.

O IHGB tem no próprio nome a geografia. Se os seus fundadores pretendessem se dedicar unicamente à história – tratando a geografia de forma secundária – eles poderiam ter dado à instituição o nome de Instituto Histórico, somente. Em relação à estrutura da instituição observamos que o Instituto tinha dois vice-presidentes que também respondiam pelos cargos de diretores das seções de história e de geografia. Acredito que a ordem deve ter sido a inversa: o diretor da seção de história e o diretor da seção de geografia eram, também, os vice-presidentes. Por isso, a instituição não tinha apenas um vice. Também as comissões tinham o mesmo número de membros. Indicando que havia uma preocupação em manter uma paridade institucional entre as duas áreas. Ou seja, a partir disso podemos dizer que a organização do IHGB visava dar à história e à geografia uma igualdade institucional. Entretanto, estas características normativas, tomadas isoladamente, não seriam suficientes para argumentar que a geografia seria, ou não, considerada uma ciência auxiliar da história. É preciso, portanto, considerar outros elementos.

É evidente, ao revisarmos a revista com cuidado, que a história era considerada de grande importância para os membros do Instituto. Alguns autores fazem inclusive uma lista classificatória do material contido no periódico para demonstrar, percentualmente, a

⁴² LAGOS, Manoel Ferreira. Relatório do Primeiro-secretário. In: **Revista do IHGB**, tomo XI, 1848, p. 93.

importância dos diferentes assuntos abordados pela publicação.⁴³ A este respeito gostaria de refletir sobre dois aspectos: a relevância e a factibilidade de tais listagens para a verificação do estatuto da geografia no IHGB.

Em primeiro lugar, é preciso salientar que o fato de haver uma grande concentração de trabalhos da Revista na área da história não determina o estatuto epistemológico da história e tampouco o da geografia. Ou seja, através de listas e quantificações do número de textos contidos na publicação da instituição sobre história, geografia ou qualquer outro assunto não é possível determinar o estatuto destas disciplinas. Em segundo lugar, considero um tanto quanto complicado fazer a separação daquilo que seria *da* história e o que seria *da* geografia, uma vez que isso implicaria o uso de critérios anacrônicos. Em outras palavras, se não havia na revista, como já foi dito, nenhum tipo de divisão do material que era publicado, como definir quais eram os textos referentes à história e quais eram referentes à geografia? Podemos, por exemplo, afirmar com segurança que um mapa era classificado como um trabalho geográfico. Entretanto, qual seria a classificação de uma memória? Como deduzir que “rótulo” os sócios teriam colocado à *Memória sobre a província de missões* – o de história ou o de geografia? Talvez os dois. A obra *Descrição corográfica da capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul*, que, a princípio, seria classificada como geográfica, foi encaminhada tanto à comissão de história, como também à de geografia, para que ambas dessem seus pareceres “de sua parte respectiva”.⁴⁴ Isso significa dizer que uma obra não deveria ser necessariamente classificada como histórica *ou* geográfica. Neste sentido, Sérgio Nunes Pereira (2005, p. 114) já havia chamado a atenção para a falta de sentido em separar o material produzido no instituto entre história e geografia: “tal distinção não parecia fazer muito sentido no projeto acalentado no âmbito do IHGB (...)” Enfim, não acredito que uma divisão dos textos publicados na revista do IHGB, neste período selecionado, entre as duas áreas de conhecimento abrangidas seja factível – considerando os argumentos acima expostos.⁴⁵ Ainda que fosse, a lista percentual desses textos não poderia ser utilizada para definir se a geografia era, ou não, uma ciência auxiliar da história. Uma listagem desse tipo só poderia ser utilizada na defesa de uma determinada ênfase na produção do Instituto, mas não para definir o estatuto da geografia ou da história.

⁴³ Por exemplo, Lilia M. Shwarcz no livro *O espetáculo das raças*, e Lucio Tadeu Mota em um artigo da Revista Diálogos. MOTA, L. T. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as Populações Indígenas no Brasil do II Reinado. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n.1, p. 117-142, 2006.

⁴⁴ 35ª Sessão em 21 de março de 1840. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 156.

⁴⁵ Manoel Salgado, analisando o periódico *O Patriota* (1813-1814), encontra esse mesmo tipo de classificação, ou a falta dela. Uma mesma obra ia sendo publicada ao longo dos números da revista em diferentes rubricas, tais como na de geografia, história e até mesmo política. (GUIMARÃES, M., 2006, p.81).

Apesar de Sérgio Nunes Pereira afirmar que a distinção entre textos de história e geografia não fazer sentido para o projeto do IHGB, o autor alega que a geografia foi uma disciplina auxiliar e que o Instituto estaria comprometido principalmente com a história nacional. Heloísa Domingues (1996, p. 41) salienta que “o processo da construção política e ideológica da nação teve estreita relação com aquele da institucionalização das ciências naturais [entre elas a geografia]”. Para esta autora a geografia tinha, no IHGB, um conceito amplo que articulava história, política do governo com a exploração do meio ambiente (DOMINGUES, 1996, p. 41-44). Temístocles Cezar (2005, p. 81) concorda com esta autora a respeito deste amplo conceito e conclui: “a geografia, a despeito de sua evidente importância, era apenas uma *ciência auxiliar* da História. Ela era uma contribuição, não um domínio autônomo.” Chamando a atenção para a falta de um *corpus* próprio da ciência geográfica, Cezar encerra sua argumentação com a frase de Cunha Barbosa: “a História reunirá estes materiais, coadjuvada pela Geografia.” Neste sentido, a expressão coadjuvante parece ser tratada de forma homóloga ao termo auxiliar. Ambos com um sentido de uma relação vertical, hierárquica. O que significa dizer que uma estaria subordinada à outra – no caso, a geografia à história. Entretanto, tenho dúvidas a respeito da homologia entre os termos. Na segunda edição do Dicionário Morais, datada de 1813, não encontramos o verbete coadjuvar, mas podemos tentar nos aproximar de seu significado através da definição presente para o termo coadjutor: “o que ajuda em algum trabalho a outrem”.⁴⁶ Não há aqui nenhuma conotação hierárquica necessária. Pude notar que o uso do termo pelos sócios do Instituto também tinha mais um sentido de cooperação do que o de subordinação. Na comemoração aniversária do ano de 1840, o mesmo Cunha Barbosa havia afirmado que “A Geografia, como escreve o sábio Ritter, não pode dispensar-se da coadjuvação da História, porque não pode deixar de ser uma ciência real das relações do nosso globo com o espaço (...).”⁴⁷ Considerando as duas frases de Januário, o termo coadjuvante parece ser utilizado para adjetivar aquele que trabalha junto, ao lado – e não acima – para que um objetivo comum fosse alcançado. Por isso, tanto a geografia coadjuvava a história como esta àquela. O objetivo maior, digamos, seria o desenvolvimento da ciência – como veremos mais adiante. Aliás, os sócios do Instituto utilizaram bastante a idéia da coadjuvação. Seu emprego não se restringiu à relação entre a história e a geografia. Em uma carta enviada ao IHGB, o sócio Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond afirmava o seguinte: “Muito desejava coadjuvar os nossos

⁴⁶ MORAIS, A. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. v1, p. 405. Facsimile.

⁴⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 587.

consócios no importante trabalho que empreenderam acerca da história e geografia do Império, mas falta-me capacidade e tempo, sem o que nada de bom é possível fazer.”⁴⁸ Assim como também a coadjuvação foi utilizada para caracterizar a relação do governo imperial com os membros da instituição: “O Governo Imperial, amigo das letras, porque as letras ilustram os Estados, não cessa de coadjuvar as fadigas dos que assim procuram fazer conhecida a honra da pátria (...).”⁴⁹ Por isso, percebo que o termo foi muito mais utilizado, por Cunha Barbosa e outros sócios, para adjetivar uma relação que não tinha um cunho hierarquizante.⁵⁰

Quando afirmei que gostaria de encarar a questão da subordinação, ou não, da geografia à história como um problema, minha intenção era procurar olhar para o desenvolvimento da ciência geográfica de forma que este não estivesse pré-determinado. Como se ao longo de sua própria história a disciplina estivesse fadada ao sucesso. Começando como uma ciência auxiliar, que com o passar do tempo “evoluiria” para um estágio mais “avançado”, tornando-se finalmente um domínio autônomo. Vale lembrar que no início do século XX, os cientistas sociais entraram em conflito com os geógrafos. Marcelo Escolar (1996, p. 70) afirma que esta oposição gerou a “corrosão da legitimidade científica geográfica”. Nas palavras do autor:

(...) a escola durkeimiana enfocou seu ataque sobre o aparelho teórico da antropogeografia e Geografia Política alemã, discutindo pormenorizadamente com ela; no entanto, nem sequer questionou sistematicamente os fundamentos teóricos da Escola Regional francesa da Geografia porque não os havia e com isso deixou solidamente assentadas as bases da dissolução da Geografia em um ramo da Sociologia, denominada “Morfologia Social” (ESCOLAR, 1996, p. 69-70)

Neste processo, afirma Escolar (1996, p. 70), a geografia teria sido “salva” pela história, “(...) porém à custa de reduzir suas aspirações intelectuais e relegar-se simplesmente a secundar as investigações históricas.” É a este contexto que Reinhart Koselleck (2001, p. 95) se refere quando afirma que “a geografia só pode ser concebida adequadamente como ciência interdisciplinar, embora tenha sido classificada por uma história arrogante como mera ciência auxiliar.” François Dosse também salienta que a subjugação da geografia foi operada pela historiografia francesa, mais especificamente pelos *Annales* de Lucien Febvre. De acordo com Dosse (2004, p. 119), Febvre intervém no debate que opõe geógrafos e sociólogos e “(...) estabelece as bases de uma colaboração orgânica entre geógrafos e historiadores, [e] é

⁴⁸ 55ª Sessão 16 de janeiro de 1841. In: **Revista do IHGB**, tomo III, 1841, p. 122.

⁴⁹ BARBOSA, J. da C. Relatório lido no ato de solenizar-se o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo V, 1843, p. 6 do suplemento.

⁵⁰ Devemos considerar também as afirmações do sub-capítulo anterior a respeito da concepção do cônego sobre história e geografia.

mediante o prego, proposital, do isolamento dos geógrafos em relação aos sociólogos (...).” Quando o conhecimento geográfico começou a ser sistematizado por Ritter e também por Humboldt, certamente eles não pretendiam fundamentar uma ciência auxiliar. Quando Cunha Mattos e Cunha Barbosa propuseram a criação de uma instituição histórica e geográfica, foi porque eles pretendiam desenvolver dois ramos do conhecimento que tinham, cada um, seu objeto – ainda que devessem estar em constante relação.

A geografia surgiu em um contexto específico ou para dar conta dele – tanto em âmbito geral, como também no caso do Brasil. Uma série de fatores internos – tais como a mudança na direção do IHGB, a própria concepção de geografia, entre outros – e também externos – a disputa entre geógrafos e sociólogos – alteraram o estatuto da ciência que se formava. Historiadores e sociólogos – e quiçá alguns geógrafos - tornaram a geografia uma ciência auxiliar.⁵¹ Somente ao fim do século XIX é que se poderia afirmar que ele teria sido o século da história – e não em 1825, com Ranke. Somente ao fim deste mesmo século é que poderíamos saber que a cátedra de Ritter não teria o mesmo “sucesso”. Ou talvez simplesmente os historiadores tenham sido mais ardilosos na construção de sua própria história institucional.

1.3 O Cônego, o Visconde e a Ciência

Como vimos, a história e a geografia deveriam estar entrelaçadas e ainda que devessem permanecer unidas para não fazer “retroceder a ciência”, eram dois ramos distintos. Mas afinal, o que os sócios queriam dizer quando se referiam à ciência? Buscar identificar qual era a concepção de ciência destes letrados não é uma tarefa simples. Poucas vezes se pode encontrar textos que contenham subsídios para a resposta deste questionamento.

Durante as sessões de comemoração dos aniversários do IHGB, tanto o presidente do Instituto, como o primeiro-secretário eram responsáveis por discursarem durante a cerimônia. Geralmente, os discursos do presidente tinham um caráter mais abrangente e podia versar sobre a utilidade da existência de tal instituição ou ainda sobre os avanços e os percalços pelos quais passavam a história e a geografia do Brasil. O primeiro-secretário tinha como

⁵¹ Os historiadores e sociólogos também tiveram sua contenda no século XIX. Peter Burke no livro intitulado *História e teoria social*, aborda a relação da história com outras áreas afins, especialmente a sociologia (BURKE, 2002).

principal função demonstrar como avançava a produção e também o acervo do Instituto. Seu discurso chamava-se “Relatório”. Entretanto, não foi raro que ambos fizessem, em seus discursos, reflexões sobre o que deveria definir a ciência histórica e a geográfica. Por isso, neste item procuro investigar, entre essas definições, qual era o conceito de ciência que estes homens tinham quando falavam em ciência histórica e geográfica.⁵² Fundamentalmente feitas por Januário da Cunha Barbosa e o Visconde de São Leopoldo, o primeiro-secretário e o presidente, respectivamente, por serem eles os responsáveis pelas principais reflexões deste tipo – no período considerado.⁵³ Como foi dito anteriormente, acredito que estes dois personagens – e principalmente Cunha Barbosa – tenham marcado um momento muito particular do Instituto, em que ele só poderia ser concebido como histórico e geográfico. Além disso, em 1845, o primeiro-secretário perpétuo sugeriu, em uma sessão que presidia, que não se realizasse a sessão aniversária naquele mesmo ano em função da ausência de D. Pedro II da Corte.⁵⁴ Esse aniversário só foi comemorado dois anos depois e publicado em um tomo especial no ano seguinte. Ou seja, passaram-se três anos sem que estes discursos fossem registrados na revista. Aliás, de 1846 até 1851 não foram publicados os discursos das sessões de comemoração dos aniversários do IHGB; não há registros, inclusive, de que elas tenham ocorrido. Provavelmente, isso não seja uma coincidência, e sim uma conseqüência que o afastamento e posterior morte dos dois sócio-fundadores tenham causado à instituição.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a ciência destes letrados é uma ciência que ainda não rivaliza nem se opõe à literatura ou à arte.⁵⁵ Por isso, o estabelecimento poderia ser chamado, ora de científico, ora de literário sem nenhum prejuízo a sua “imagem” – o que significa dizer que não era depreciativa à instituição a denominação de literária. Assim como a história e a geografia deveriam estar juntas, as ciências, as letras e as artes andavam de mãos dadas. As ciências, as letras e as artes ficariam, juntas, de um lado, enquanto a política ficaria de outro, não devendo jamais se misturar àquelas. Este é um primeiro aspecto importante: a ciência não é política. Vale destacar aqui que estou fazendo referência às concepções declaradas pelos membros do Instituto. Em diversas passagens podemos observar o acento à

⁵² Hugo Hruby em sua dissertação de mestrado, na qual analisa como o IHGB atuou diante da nova conjuntura política republicana e quais foram as suas conseqüências para a escrita da história do Brasil, chama a atenção para o fato de que nenhum trabalho sobre o IHGB que aborde o período monárquico refletiu sobre a concepção de ciência destes letrados. (HRUBY, 2007, p.112 nota 437).

⁵³ José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774 – 1847), o Visconde de São Leopoldo, cursou direito na Universidade de Coimbra. Foi juiz da Alfândega de Porto Alegre, membro da Comissão de limites do Brasil, deputado, ministro do Império e presidente da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul.

⁵⁴ 141ª Sessão em 9 de outubro de 1845. In: **Revista do IHGB**, tomo VII, 1845, p. 538.

⁵⁵ Para uma data ligeiramente posterior, Cezar demonstra como havia uma certa ambigüidade na posição dos sócios em relação às diferenças entre a história e a literatura, ou a poética. Segundo o autor, Varnhagen atribui à Southey a qualidade de poeta como uma forma de diferenciá-lo do historiador (CEZAR, 2007).

diferenciação feita entre política e ciência. Tanto o cônego quanto o Visconde definem: as ciências e as artes *se guiam* pelo sentimento de tranquilidade – para que ao fim se possa ser neutro - enquanto a política *é dominada* pela paixão. No discurso da quarta sessão aniversária o presidente José Feliciano Fernandes Pinheiro falava da ausência das influências políticas na instituição:

... as nossas conferências e palestras pacíficas, pois que, estranhos, por índole da instituição, às influências políticas (as musas querem ser acolhidas e bafejadas, mas fogem ao menor estridor), temos achado um verdadeiro asilo neste recinto, *um campo neutro para as opiniões*, um ponto de reunião para os pensamentos (...).⁵⁶

Defendendo a criação do Instituto, o primeiro-secretário afirma que o sucesso da instituição “... tem refutado a opinião de certas pessoas que julgavam incapaz de medrar na Terra de Santa Cruz um estabelecimento literário de tal natureza, sem atenderem que o espírito brasileiro se tem distinguido sempre pela literatura, e que a política não pode ser por muitos tempos o estudo dominante da nossa talentosa juventude.”⁵⁷ Vemos aqui, não apenas uma diferenciação entre ciência e política, mas principalmente uma verdadeira oposição que não permitiria a dedicação da juventude a ambas. A política é apresentada por Cunha Barbosa como aquilo que poderia acabar com as ciências e as artes, não fosse, é claro, o grande amor dos brasileiros pela nação: “...porque a ambição da glória nacional domina ardentemente os corações Brasileiros, e *nem sempre* o fogo da política fará definhir as plantas literárias (...).”⁵⁸ Concluindo que “... no remanso das paixões é que as Ciências e Artes se cultivam e prosperam.”⁵⁹ O defeito da política era que ela estava associada à paixão, um sentimento que impossibilitava a neutralidade. Ou seja, o afastamento da política propiciaria a imparcialidade.⁶⁰ Vale ressaltar que as paixões políticas eram diferenciadas, por eles, do amor à pátria. Este sim deveria imperar. De acordo com Cunha Barbosa e Fernandes Pinheiro, a neutralidade e o sentimento nacional se tornavam assim mais do que compatíveis, eram imprescindíveis para quem pretendia desenvolver as ciências no Brasil.⁶¹ O cônego afirmou,

⁵⁶ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Discurso do Presidente o Exm. Sr. Visconde de São Leopoldo. In: **Revista do IHGB**, tomo IV, 1842, suplemento, p.1.

⁵⁷ BARBOSA, J. da C. Relatório do Secretário Perpétuo. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839, p. 220.

⁵⁸ BARBOSA, J. da Cunha. Relatório lido no ato de solenizar-se o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo V, 1843, suplemento, p. 28. Grifo meu.

⁵⁹ Id. Ibid. suplemento, p. 29.

⁶⁰ Uma opinião um tanto quanto interessante, em se tratando justamente de uma elite que tinha forte participação no corpo político do Império.

⁶¹ Em sua dissertação, Hugo Hruby analisa esta relação entre o patriotismo e imparcialidade do historiador para o período compreendido entre 1889 e 1912. De acordo com Hruby, mesmo que alguns sócios ainda pensassem como o cônego e o Visconde, outros acreditavam que “o forte sentimento de devoção à pátria atrapalharia os estudos históricos.” Esta tensão entre patriotismo e imparcialidade seria resultado do novo regime político instaurado com a República. (HRUBY, 2007, p. 94-97).

em mais um de seus relatórios, que os sábios de outros países honravam aos sócios do IHGB ao considerá-los “(...) *patrioticamente* empenhados no progresso das ciências (...)”.⁶² Disso, se pode concluir que eles consideravam a si mesmos e ao Imperador não como homens de política e sim como homens de letras, homens de ciências.⁶³

Ironicamente, a historiografia contemporânea atribui o adjetivo *política* à escrita da história desse período. De acordo com Peter Burke, Ranke propiciou o desenvolvimento da *história política* ao priorizar os registros oficiais como fontes em detrimento de crônicas ou outras histórias antigas. Além disso, o autor afirma que “o tipo de história para cuja promoção os governos estavam preparados era, naturalmente, a história do Estado” (BURKE, 2002, p. 17). Não que esta historiografia da primeira metade do século XIX não tivesse um forte cunho político. Ela tinha. No entanto, as historiografias marxista, econômica, social, cultural – entre outras dezenas de possibilidades de denominações -, também têm, pelo contexto em que se desenvolvem, o seu próprio apelo que também é político. A expressão *política* foi alcunhada ao lado dessa história com o objetivo de desqualificá-la. A geografia do oitocentos, cujo desenvolvimento também esteve vinculado à consolidação dos Estados-nacionais e ao Imperialismo, recebeu igualmente uma denominação que objetivava dotá-la de um sentido negativo. Não por acaso, ela também seria política. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1976, p. 54):

(...) oriunda da Geografia da etapa imperialista, e pretendendo-se geográfica, [a geopolítica] não passa de construção ideológica desprovida de sentido científico, marginal, com papel no plano político unicamente. (...) A rigor, uma reconstituição histórica da Geografia só se poderia e deveria ocupar do material geográfico acumulado; não sendo a Geopolítica parte desse material, porque estranho e marginal, poderia, legitimamente, ser omitida.

Denominada de geopolítica, a classificação não apenas tem um caráter pejorativo, como também pretende destituí-la como valor epistemológico. Como se a produção dessa história e dessa geografia dos oitocentos, porque forjava o caráter nacional, fosse uma ciência com interesses – políticos – e, por isso mesmo, mal poderia ser chamada de ciência. Ao passo que a ciência praticada posteriormente, seria uma ciência desprovida de interesses externos à

⁶² BARBOSA, J. da Cunha. Relatório lido no ato de solenizar-se o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo V, 1843, suplemento, p. 6. Grifo meu.

⁶³ De acordo com Lilia M. Schwarcz, esta era a imagem que o próprio imperador, alguns anos depois, forjaria de si mesmo, tendo proferido a expressão “a ciência sou eu” nas dependências do IHGB (SCHWARCZ, 1998, p.126-131).

própria produção científica. No entanto, tanto uma como outra pretendiam mostrar-se desinteressadas.⁶⁴

Havia também uma atribuição de utilidade à ciência, a qual se referiam estes letrados.⁶⁵ Humboldt teve seu trabalho elogiado por Cunha Barbosa porque desenvolvia “infinitos esclarecimentos” que seriam de “grande utilidade” a todos.⁶⁶ No entanto, esta associação entre o científico e o útil aparece de modo bem mais sutil nos textos, uma vez que, na maior parte das vezes, é a instituição que é caracterizada como útil. Nas palavras do presidente, a existência do IHGB estaria garantida pela sua utilidade, qual seja, “... suas relações e produções científicas no atual período social (...)”⁶⁷ O que significava dizer que o Instituto era útil porque mantinha relações com outros estabelecimentos científicos e porque produzia conhecimento científico. Este último deveria ser difundido, e esta seria a utilidade da produção científica. Januário da Cunha Barbosa afirmou que “a história e a geografia do país necessitavam em nossa pátria de serem explicadas por um modo que *aproveitassem* a todos os Brasileiros. O Instituto tomou a seu cargo essa importante tarefa.”⁶⁸ Não bastava que se produzisse conhecimento histórico e geográfico, como até então. Era preciso que eles fossem, como já foi dito, em primeiro lugar, nacionais e depois que fossem produzidos por uma associação que, sendo científica, faria deles domínios com utilidade. Neste caso, seria a de servir de modo instrutivo aos brasileiros. Ilmar Rohloff de Mattos (2004, p. 271) lembra que “a instrução cumpria – ou deveria cumprir – papel fundamental, que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das ‘Nações Civilizadas’.” É importante destacar que a idéia de instrução aos brasileiros não se referia, de fato, a *todos* os brasileiros. Mattos destaca que a Lei provincial de 21 de janeiro de 1837, que regulava a instrução primária, interditava o ingresso nas escolas públicas de instrução primária os ‘pretos africanos, ainda que livres e libertos’” (MATTOS, 2004, p. 274). O cônego Januário, fazendo alusão à independência do Brasil, menciona a necessidade que os homens “beneméritos brasileiros” ligados a esse episódio sentiram da “coadjuvação das ciências, letras e artes, para se aproximarem de mais em mais da glória nacional (...)”⁶⁹ Ao fim e ao cabo, as ciências

⁶⁴ Sobre a lógica própria do campo científico e o interesse pelo desinteresse ver: BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia crítica do campo científico**. Tradução: Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

⁶⁵ Na maioria das vezes, encontramos nos textos as expressões *as ciências e as letras*, ou *as ciências e as artes*, ou ainda *as ciências, as letras e as artes*. Porém, para fins de redação utilizarei apenas as ciências.

⁶⁶ BARBOSA, J. da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 594.

⁶⁷ PINHEIRO, J. F. F. Discurso de Abertura Recitado pelo Presidente, In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839, p. 212.

⁶⁸ BARBOSA, J. da C. Relatório do Secretário Perpétuo. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839, p. 220. Grifo meu.

⁶⁹ BARBOSA, J. da Cunha. Relatório lido no ato de solenizar-se o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo V, 1843, suplemento, p. 5

eram úteis porque eram o caminho rumo à civilização. A idéia de utilidade estava vinculada à de instrução e esta a de civilização. Certamente, a idéia de civilização também está associada ao progresso econômico do país, e por isso essa utilidade também se referia às implicações econômicas que o investimento nas ciências poderia render ao país. Neste sentido, Heloísa M. Bertol Domingues demonstra como D. Pedro II empreendeu uma política que dava base à identidade nacional e, ao mesmo tempo, tinha uma dimensão econômica. A autora afirma ainda que

a finalidade do Estado e de seus intelectuais, era elevar a natureza do país da *barbárie* à civilização. Naquele momento a política brasileira de construção nacional esteve condicionada à dominação e conquista do meio natural (DOMINGUES, 1996, p. 43).

Segundo a autora, dominar a natureza, desde a concepção do IHGB, dava sentido tanto à história quanto à geografia (DOMINGUES, 1996, p. 43). O que significa dizer que esse princípio da utilidade não deve significar apenas praticidade – no sentido de ter um fim prático –, nem somente expressar utilidade teórica – no sentido de participar somente da construção de um imaginário nacional. Esta noção deve estar associada a estes dois significados. Porque tanto a história quanto a geografia foram “pensadas”, “produzidas” e “praticadas”. Podemos pensar também que a concepção dos membros do IHGB da história mestra da vida, também se inseria neste contexto em que, de um modo amplo, todas as ciências deveriam de alguma forma instruir e guiar a civilização – como o ato de civilizar – do Brasil. Temístocles Cezar (2004, p. 14) afirma que a *historia magistra vitae* é “ (...) um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB.” Certamente que à história se pode atribuir uma função pedagógica que é anterior a essa tarefa de condução da ciência rumo à civilização. Koselleck (2006, p. 42) afirma que “ (...) ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola...”. Fernando Catroga (2006, p. 21), analisando o percurso da expressão ciceroniana, ao longo do tempo, demonstra como esta idéia teve diferentes usos. Ainda que historiadores e filósofos do século XIX continuassem “(...) a defender a importância de se explicar o passado, a fim de compreender o presente e se transformar o futuro”, o autor afirma que a versão moderna da *historia magistra vitae* rompe com as concepções cíclicas do tempo (CATROGA, 2006, p. 21). O que significa dizer que o princípio da história mestra da vida pertencia a um novo contexto e, adaptada a ele, fazia da história uma ciência como as outras que deveriam servir ao progresso da pátria.

Outro aspecto que podemos destacar como uma característica que define esta ciência de que falam os membros do Instituto é o ordenamento. A ciência como “encadeamento

íntimo de todas as verdades”, conforme foi descrita pelo Visconde de São Leopoldo em seu discurso de comemoração do terceiro aniversário do IHGB.⁷⁰ Segundo ele e Cunha Barbosa, os documentos poderiam revelar os fatos, mas era preciso organizá-los. O cônego afirma que a geografia não mereceria “... o nome de ciência se se contentasse de estudar somente as formas materiais, e os acidentes que a cobrem.”⁷¹ Ela não poderia ser uma simples descrição da superfície da terra, se esperava mais de uma ciência. Isso também valia para a história. Ela precisava ser organizada, coordenada para que fosse inteligível. Mais do que descrever a superfície da terra ou os fatos do passado, era preciso que tudo isso tivesse uma racionalidade, um certo sentido. Ou seja, o que dava à história e à geografia o caráter científico era essa coordenação que garantiria uma inteligibilidade. E era a filosofia que era capaz de fazê-lo. Em pelo menos duas passagens, o cônego menciona essa tarefa organizadora e iluminadora da filosofia:

(...) mas quando a ciência, rompendo os nevoeiros do passado, repõe os acontecimentos no seu verdadeiro ponto de luz, que só a filosofia pode bem acender, então a História é de grande utilidade, tanto aos que encaminham o destino das nações, como aos povos que por ela se regulam (...).⁷²

Em outro relatório de uma sessão aniversária afirmava que:

a história reunirá estes materiais, coadjuvada pela geografia; a crítica os escolherá, segundo suas proporções; a cronologia os numerará depois de bem examinados os seus destinos a fim de serem depois *colocados regularmente pela filosofia em seus devidos lugares, ligados em um corpo*, em que possam ser admirados por sua justeza e compostura.⁷³

De acordo com Julio Aróstegui (2006, p. 102 nota 4), a expressão ‘filosofia da história’ foi criada por Voltaire para “... expressar um tratamento da história que fosse explicativo, causal, que não se limitasse a narração de ‘fatos’.” Ainda que a expressão não tenha sido usada especificamente nos exemplos citados, parece-me que é esta a concepção que está por trás de tais afirmações. Manoel Guimarães (2006, p. 83) afirma que “as marcas das Luzes setecentistas ainda se faziam presentes em pleno século XIX (...)”, no Brasil, ainda que submetidas a novas demandas. Ao que tudo indica, tratava-se de um entendimento que não estava restrito ao domínio da história, ele se estendia também à geografia. Dizia respeito à própria concepção de ciência que tinham o cônego, o visconde e provavelmente outros sócios

⁷⁰ PINHEIRO, J. F. F. Discurso de Abertura Recitado pelo Presidente o Exm. Sr. Visconde de S. Leopoldo. In: **Revista do IHGB**, tomo III, 1841, p. 518.

⁷¹ BARBOSA, J. da C. Relatório do Secretário Perpétuo. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 587.

⁷² BARBOSA, J. da Cunha. Relatório lido no ato de solenizar-se o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo V, 1843, suplemento, p. 4.

⁷³ Id. Relatório dos Trabalhos do Instituto durante o Quarto Ano Social. In: **Revista do IHGB**, tomo IV, 1842, suplemento, p.6.

do Instituto. A definição de ciência destes letrados era, portanto, vaga e, ao mesmo tempo complexa. Herdeira do iluminismo, ela deveria ser útil, ordenada e também imparcial – ou, apolítica.

Ficam, ainda, algumas questões. Havia a definição de uma metodologia para a história e para a geografia? Em que consistia o trabalho das duas comissões? Esses são os questionamentos que, em certa medida, devem ser respondidos pelo capítulo que se segue.

2. De um Extremo a Outro: a crítica das comissões de história e geografia

“É portanto aplicável à matéria sujeita e ao nosso país a bem sabida máxima que nos ensina a dividir o trabalho para torná-lo mais perfeito...”

Rodrigo de Sousa da Silva Pontes⁷⁴

Até o ano de 1851, havia quatro comissões no Instituto: fundos, redação da revista, história e geografia. A de história e a de geografia ficavam encarregadas tanto de produzirem memórias sobre suas temáticas, quanto de avaliarem as obras e documentos que eram doados ou adquiridos pelo Instituto. As críticas que as comissões de história e geografia faziam tinham o intuito de avaliarem o que realmente tinha importância para a história e a geografia da pátria. Elas eram publicadas nas revistas trimestrais do Instituto na forma de “juízos” e “pareceres”.

Acredito que a análise do trabalho realizado pelas comissões de história e geografia do Instituto é mais uma forma de abordar a relação entre a história e a geografia no IHGB. Por isso, neste capítulo irei analisar especificamente alguns juízos e pareceres a fim de destacar quais eram os critérios utilizados por essas comissões para qualificar ou desqualificar uma obra. Comparando os juízos expedidos, buscarei saber se havia algum critério específico para cada área.

As comissões eram formadas por dois sócios, cada uma, que eram eleitos anualmente.

Na comissão de geografia o sócio que permaneceu por vários anos foi José Silvestre Rebello, tendo estado cinco anos na comissão. Sócio-fundador do Instituto, era denominado na listagem de sócios apenas como negociante, apesar de ele ter ocupado o cargo de embaixador do Brasil, entre os anos de 1824 e 1829, nos Estados Unidos (WHITAKER, 1940, p.380). Também fizeram parte dessa comissão Conrado Jacob Niemeyer, Pedro de Alcântara Bellegarde, Lino Antônio Rebello, entre outros. Na comissão de história foi o sócio Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, desembargador e deputado, quem ficou no cargo da comissão por mais tempo, tendo por lá permanecido por seis anos. Para ambas as comissões, a partir do fim de 1842, passaram a ser eleitos três integrantes.

⁷⁴ PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil. In: **Revista do IHGB**, tomo III, 1841. p.153.

Nos três primeiros anos, esta atividade de crítica foi intensa e mereceu destaque na publicação da revista – isso significa dizer que apareciam no índice do periódico e não em meio às atas. O que não necessariamente significa que a crítica de textos e documentos tenha tido menos importância depois desses três primeiros anos.⁷⁵ Acredito que isso decorra muito mais da própria estruturação pela qual passava a revista, nestes primeiros anos. Com o passar do tempo, os juízos passaram a ser integrados às atas.⁷⁶ Algumas obras, no entanto, não eram encaminhadas nem à comissão de história nem a de geografia. Elas passavam pela crítica de uma comissão algumas vezes chamada de especial, que se formava apenas para dar o parecer das referidas obras.

O processo de elaboração de um juízo acontecia da seguinte forma: um sócio sugeria a sujeição de uma determinada obra à crítica de uma das comissões ou a ambas, ou ainda, sugeria que uma comissão especial fosse formada para julgar a referida obra. O motivo pelo qual uma obra era destinada a uma comissão especial e não a uma das duas existentes nunca foi especificado nas revistas. Quando o parecer ficava pronto, ele era submetido aos demais sócios – lido em uma sessão. Raramente um juízo não foi aprovado, mas nem todos foram publicados no periódico. A razão pela qual um parecer deveria, ou não, ser publicado na revista escapa às possibilidades desta pesquisa por dois motivos. O primeiro deles é que não ficou registrado nas revistas o porquê de alguns serem publicados e outros não. O segundo motivo é que a grande maioria dos pareceres que não estão na revista também não se encontram nos arquivos do IHGB. Isso significa que uma tentativa de comparar os publicados com os não publicados – para arriscar uma explicação – não é viável.

No período compreendido entre 1839 – ano da publicação do primeiro número da revista – e 1849 constam 12 juízos e pareceres nos índices das revistas. Dois desses pareceres não são de textos e outros dois não se referem a obras já publicadas. Portanto, dos oito que restaram, sete foram incorporados ao texto – ainda que todos tenham sido considerados na análise. Além disso, também foi utilizado o único juízo não publicado na revista que encontrei nos arquivos do IHGB.

A primeira pergunta que podemos colocar frente a esta tarefa de crítica, a qual os sócios do IHGB se incumbiam, é justamente o porquê dela ser feita. Ou seja, por que eles emitiam

⁷⁵ Penso isso porque no tomo XVI (1853) há quase 200 páginas de discussões envolvendo um parecer emitido pelo sócio Duarte da Ponte Ribeiro – um forte indício de que os pareceres tinham ainda bastante relevância.

⁷⁶ Creio que o aumento da presença de produção dos próprios sócios pode ter contribuído para essa diminuição da publicação, à parte, dos juízos. Além disso, talvez as principais obras que eles pretendiam avaliar já tivessem passado por essa crítica.

juízos? Os membros do Instituto, apesar de terem a preocupação precípua de que fosse feita uma história e uma geografia a partir do Império, não podiam ignorar a grande quantidade de obras existentes que versavam sobre o Brasil de maneira geral. Em um programa desenvolvido pelo sócio Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) intitulado “Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil”, o autor afirma que

Esses materiais porém ou se encontram já formados, ou cumpre ainda que sejam *organizados*. A estes vai dando o Instituto princípio e existência, a proporção que discute, e publica memórias, pareceres, e outros quaisquer trabalhos, ou elaborados no seu seio, ou oferecidos por pessoas, que posto não façam parte da nossa associação, tomam contudo a peito o progresso dos conhecimentos históricos e geográficos.⁷⁷

Não se podia ignorar a grande quantidade de obras existentes e, ao mesmo tempo, era preciso julgá-las, pois nem todas serviriam a uma história e uma geografia da pátria. Ou seja, a crítica a que eram submetidos os textos, era uma maneira de “organizar” os materiais sobre o país. Além disso, discutir e publicar garantiria, segundo afirma Silva Pontes, a “existência” desses materiais. Organizar e garantir a existência de um tipo de informação como forma de também garantir a omissão de outro.

Enfim, os juízos foram extremos. Extremamente intolerantes e duros. Extremamente humildes e laudatórios. Os juízos também foram moderados. Isso se aplicava tanto às obras julgadas quanto aos seus autores? Essa é mais uma das questões que o capítulo se propõe a responder.

2.1 A Crítica Extrema

Definitivamente a comissão de história não gostava de Francisco Solano Constâncio, tampouco a comissão de geografia de Nicolau Dreys. De acordo com as comissões, nada do que eles escreveram poderia ser aproveitado. Por outro lado, não havia o que dizer dos livros de Alexandre von Humboldt e de José Feliciano Fernandes Pinheiro. As comissões de geografia e

⁷⁷ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil. In: **Revista do IHGB**, tomo III, 1841. p.149. Grifos meus.

história, respectivamente, não se achavam à altura destes homens para que pudessem julgar seus escritos. Tanto em um caso, como em outro a crítica é tão extrema que parece estar ausente. Como se a sentença já estivesse pronta antes do julgamento. Poderíamos perguntar, então, em que medida esses juízos podem contribuir para elucidar os critérios utilizados pelas comissões? Ora, apesar de esses pareceres serem extremos, neles estão presentes as características que uma obra e um autor deveriam, ou não, ter. O que significa dizer que mesmo sendo juízos contundentes, tanto as críticas negativas, quanto os elogios incondicionais faziam parte de um rol de características que foram sistematicamente observadas nas obras.

Os defeitos apontados pela comissão de geografia são tantos que ao fim não se sabe o que é pior, se a *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul* ou o seu autor, o francês Nicolau Dreys (1781-1843). A primeira edição da obra é de 1839 e foi publicada no Rio de Janeiro. Dreys queixou-se, na introdução de seu livro, do alto custo da publicação no Brasil. Isso o teria “obrigado” a publicar apenas uma parte de uma obra que seria mais extensa chamada *Brasil Meridional* (DREYS, 1990, p.11). Em 1840, ano do juízo, a comissão era composta por José Silvestre Rebello e Lino Antônio Rebello.⁷⁸ Logo de saída, a comissão faz uma forte crítica ao estilo do autor:

o estilo do autor é em geral impróprio e empolado; e em vez de apresentar as suas descrições simples e claras, de modo que parecesse ao leitor estar vendo os lugares descritos, pelo contrário, pelas palavras e frases de que faz uso, o guinda, e eleva tão alto, que lá se perde na região das nuvens, e fica sem entender o que leu.⁷⁹

Como vemos, o estilo literário do autor era uma característica que deveria ser observada e estava diretamente ligada à qualidade da obra. Em nenhum dos juízos analisados, os sócios especificaram a qual estilo se referiam, mas em função de eles estarem considerando a utilização de frases, palavras e recursos narrativos, trata-se do estilo literário. Como foi dito no capítulo anterior, não havia uma oposição entre a ciência e as letras, e uma obra era sempre literária. Peter Gay lembra que Ranke insistia na imperiosa necessidade da forma, e que para ele “ a mão modeladora do artista literário nunca se distancia do labor construtivo do historiador” (GAY, 1990, p. 66). Ainda que os letrados do Instituto não discorressem longamente sobre qual deveria

⁷⁸ Lino Rebello era descrito como Doutor em matemática, lente no colégio Pedro II e na escola de arquitetos medidores. Um pequeno detalhe chamou a atenção nas revistas: o sobrenome deste último foi grafado ora Rebello, ora Rabello. No juízo manuscrito, assinado por seus autores, a grafia de ambos os sobrenomes é Rebello.

⁷⁹ Juízo sobre a obra intitulada por *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul Nicolau Dreys*. In: *Revista do IHGB*, tomo II, 1840. p. 99-100.

ser o melhor estilo literário, em diversos juízos eles chamam a atenção para o estilo utilizado pelo autor que estava sob julgamento.

Além disso, nessa passagem há uma menção a outro aspecto interessante relacionado à sua escrita e que será discutido posteriormente: a visão. A descrição de Dreys deveria ser clara e simples de forma que permitisse ao leitor a visualização do que estava sendo relatado – e isso o autor não teria feito.

Interessante notar que na versão manuscrita desse juízo os adjetivos no trecho supracitado eram *pedante e empolado*. Sendo que o primeiro está riscado com uma caneta de outra cor e escrito em cima *impróprio*. Ao fim da avaliação, há outra alteração desse tipo. O texto publicado na revista enumera *impróprio, empolado e esquisito*. Na versão manuscrita temos *pedante* – riscado e sobreposto por *impróprio* -, *empolado, bombástico* – riscado – e *esquisito*.⁸⁰ *Pedante* foi substituído, portanto, por *impróprio*. Já *bombástico* foi apenas retirado para a publicação. Isso indica que as palavras utilizadas eram cuidadosamente escolhidas. A substituição das palavras pode ter sido feita tanto pelos próprios pareceristas, quanto pode ter sido sugerida pelos membros presentes na sessão em que o juízo foi submetido. Ou ainda, pode ter sido feita pela comissão de redação da revista.

Nada passou incólume. O mapa contido no livro foi criticado por ser muito resumido e mal dar uma idéia da topografia da Província, ainda que Nicolau Dreys tenha avisado:

Em quanto à topografia, podíamos nos dispensar de advertências especiais, sendo o mapa que a esta obra vai junto unicamente destinado a satisfazer às exigências da imaginação do leitor, e facilitar os apontamentos dos curiosos; bastará dizer que *esse mapa é reduzido, e talvez reduzido demais*, de outro mapa em ponto grande, obra nossa (...) (DREYS, 1990, p. 13 – grifos meus).

O próprio autor havia salientado que o mapa era “reduzido demais”, mas a comissão não mencionou o comentário de Dreys.

Silvestre Rebello e Lino Rebello não deram nenhuma margem de tolerância a ele – como fizeram com Humboldt, como veremos mais adiante -, pois apontam como erro uma palavra que pode ter sido impressa errada. Eles afirmam que a descrição feita pelo autor da capital da

⁸⁰ Pareceres da Comissão de Geografia sobre: notícia descritiva da Província de São Pedro do Sul; e descrição geográfica da mesma Província com resumo da Guerra do Uruguai. **Arquivo do IHGB**, lata 574, pasta 6 (doc.1).

Província é inexata, a começar pelo nome que nunca teria se chamado *Porto das Casas*.⁸¹ Se foi um erro do autor, ou do tipógrafo, a comissão sequer levantou tal hipótese.

A comissão aponta ainda erros na indicação de latitudes e localizações geográficas. Esses erros, ou inexatidões, foram constatados a partir da comparação da obra de Dreys com a de Fernandes Pinheiro, os *Annais da Província de S. Pedro*. Segundo os “Rebello”, os dados informados por aquele não correspondiam aos fornecidos por este. Ou seja, no cotejamento entre os dois autores, Nicolau Dreys só poderia estar errado.

Por fim, a comissão, no intuito de demonstrar mais uma vez o quanto era “impróprio”, “empolado” e “esquisito” o estilo do autor, chega à sua ridicularização afirmando o seguinte:

Se porque um corpo é mais comprido do que largo, como são as duas principais lagoas do Rio Grande, se lhe podem aplicar os epítetos – Lóbulos Ovóides – também o Sr. Nicolau Dreys, pois que é mais comprido do que largo, pode chamar-se a si – Lóbulo Ovóide.⁸²

Acrescentam a isso, a recomendação da leitura do referido livro, porque, segundo eles, “diverte o leitor.” Não se tratava de um livro sério. Ainda que para verificar os erros contidos no livro fosse preciso um conhecimento – que os sócios possuíam - e uma bibliografia – a que eles tinham acesso – a idéia sugerida era de que, a partir da forma como o autor escrevia, se poderia deduzir se seu texto seria, ou não, confiável. Ou seja, seu estilo impróprio serviria de alerta quanto às inexatidões dos dados fornecidos no texto.

Neste primeiro juízo analisado, podemos identificar alguns aspectos que estão relacionados à obra: o estilo literário do autor e as inexatidões presentes no texto. Latitudes inexatas e um péssimo estilo. Vejamos agora como foi a avaliação da comissão de história a respeito da obra de Constâncio.

A obra do português Francisco Solano Constâncio (1777-1846), intitulada *História do Brasil: desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I*, foi encaminhada à comissão de história e avaliada por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes e por Cândido José de Araújo Viana.⁸³ O livro de Constâncio teve sua primeira edição publicada

⁸¹ Juízo sobre a obra intitulada por Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul Nicolau Dreys. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840. p.103.

⁸² Juízo sobre a obra intitulada por Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul Nicolau Dreys. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840. p.105.

⁸³ A comissão de história era composta, em 1839, por Silva Pontes e Antonio Alves da Silva Pinto, mas a maioria dos pareceres foram assinados, e provavelmente elaborados, por Pontes e Araújo Viana. Este, por sua vez, era o diretor da comissão de história. Em tese, não faria parte das obrigações do diretor de comissão elaborar pareceres. No entanto, a participação de Araújo Viana como parecerista foi bastante frequente.

em 1839, na cidade de Paris, onde o autor vivia desde 1810 (REIS, 2004, p.9). O primeiro aspecto que Pontes e Viana destacam em seu juízo é o fato de a obra começar por uma introdução geográfica. Essa introdução deveria ser da alçada da comissão de geografia, afirmam. No entanto, toda a obra havia sido submetida, pelo IHGB, à comissão de história. Então, por obediência ao preceito do Instituto eles também julgariam os conteúdos geográficos do livro. Apesar dessa ressalva, em nenhum momento os autores do juízo se sentiram desautorizados a fazer as críticas que caberiam à comissão de geografia. Assim, foi apontado um grande número de erros de descrições e localizações geográficas: inexata descrição da Lagoa dos Patos, erro na descrição da localização da cidade [sic] da Bahia, entre outros.⁸⁴ Mais uma vez, os dados apresentados pelo autor foram confrontados com a obra do Visconde de São Leopoldo:

É igualmente inexato o que ele afirma sobre a extensão e largura das duas lagoas, como se pode verificar mui facilmente, *confrontado* o seu dizer com o que escreveu o Sr. Visconde de S. Leopoldo nos Anais da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, excelente escrito, de que para maior honra da literatura do Brasil se nos prepara uma nova edição preciosamente enriquecida.⁸⁵

Esta comparação entre as informações contidas em diferentes obras e até mesmo documentos foi um método freqüentemente utilizado pelas comissões. Obras poderiam ser comparadas entre si, ou com outros documentos. Mapas eram comparados para que se verificasse, por exemplo, as informações sobre latitudes. Em um parecer da comissão de geografia sobre dois mapas o método de comparação é mais bem detalhado:

A Comissão de Geografia examinando o Mapa, ou Planta Topográfica Planisférica da Imperial Província de S. Paulo, levantada pelo Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, José Antonio Teixeira Cabral;(...) comparou a mesma Planta com outro mapa da mesma Província, manuscrito trabalhado pelo Brigadeiro Engenheiro João da Costa Ferreira; e com o Dicionário Topográfico do Império do Brasil, publicado pelo Exm. Senador José Saturnino da Costa Pereira; (...)⁸⁶

O mapa era comparado com outro mapa e também com o dicionário topográfico, porque todos continham informações da mesma Província. Neste caso, os dados fornecidos por cada um dos documentos são descontraídos e a comissão não dá a sua opinião sobre qual estaria correto: . “... e como a Comissão não teve outro [mapa] para consultar, abstém-se de dar opinião própria e

⁸⁴ Juízo sobre a Historia do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839, p. 81-82.

⁸⁵ Juízo sobre a Historia do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio. Ibid. p. 82.

⁸⁶ Parecer da Comissão de Geografia sobre dois mapas oferecidos ao Instituto. **Revista do IHGB**, tomo II, 1840, p. 113.

positiva, porque o erro e diferença pode estar em um ou outro, e talvez esteja em ambos.”⁸⁷ Ou seja, nenhum dos autores foi considerado, pela comissão, como uma autoridade no assunto. Diferentemente do que ocorreu com Dreys e Constâncio, em que suas obras foram comparadas com apenas mais uma obra, a de Fernandes Pinheiro, que era considerada, pela ausência de uma terceira que a corroborasse ou a contradissesse, a que continha as informações corretas.

Ao concluir a análise da introdução geográfica, Silva Pontes e Araújo Viana afirmaram:

Do que a comissão leva exposto fácil é deduzir, que *as notícias geográficas do Brasil*, oferecidas a seus leitores pelo Sr. Dr. Constancio, *difícilmente poderão predispor a alguém para encetar a leitura da historia* confiada na veracidade, e na imparcialidade do historiador: e com efeito a comissão está igualmente persuadida de que a proporção que n’esse enredado, e confuso dédalo se for entranhando o leitor sensato, e versado nas cousas da sua pátria, as sensações desagradáveis, e aflitivas hão de suceder-se-lhe umas após de outras. Alteração da verdade histórica, injustiça para com os homens, e política absolutamente errada, são as qualidades mais proeminentes do historiador, a que ora se aplica o escalpelo da crítica.⁸⁸

Ou seja, a quantidade de erros – e inexatidões, como preferiam os sócios – na parte dedicada à geografia retirava a credibilidade da parte que viria a seguir, dedicada à história. Se o trabalho geográfico não estava bem feito, o histórico também não estaria – como eles constataram. O que significaria dizer que o método utilizado na confecção da obra seria uma prerrogativa do autor, e não da área. No entanto, este completo rechaço de uma obra, em que a parte “ruim” desqualificaria a outra, só fica evidente nestes casos em que a crítica é extrema. Outros autores e suas obras poderiam apresentar trabalhos com partes que eram consideradas interessantes e “boas” e, ao mesmo tempo, continham erros, inexatidões e parcialidades – assunto que tratarei no próximo item.

De acordo com a comissão, Constâncio apresentaria contradições em seu texto por escrever sob o sentimento da paixão: “... não será para estranhar, que o espírito de paixão dirigindo a pena do Sr. Dr. Constâncio o levasse a cair em manifestas contradições.”⁸⁹ Solano Constâncio agindo de forma apaixonada perderia a imparcialidade e isso geraria as suas contradições. Ou seja, as contradições seriam a manifestação de sua parcialidade, e, no fim das contas, de suas paixões. No capítulo anterior, vimos que a paixão era associada à política. As

⁸⁷ Parecer da Comissão de Geografia sobre dois mapas oferecidos ao Instituto. Ibid. p. 114.

⁸⁸ Juízo sobre a História do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constâncio. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 82. Grifos meus.

⁸⁹ Juízo sobre a História do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constâncio. Ibid.. p. 83-84.

idéias políticas do autor português foram criticadas pela comissão, pois ele teria se manifestado contra a independência do Brasil e isso era considerado um desrespeito:

A primeira reflexão, que ocorre ao leitor Brasileiro é a do manifesto doloroso sentimento de desrespeito, que acompanha sempre o autor pela emancipação das antigas colônias de Portugal na América. (...) As personagens de hierarquia, a mais elevada, não se acham fora do alcance das setas do Sr. Dr. Constâncio, o Sr. D. Pedro I é por longo tempo alvo de seus tiros.⁹⁰

Evidentemente que os sócios não gostavam de suas idéias, mas era preciso mostrar que se tratava de idéias políticas, resultado de paixões políticas. São críticas que buscam, portanto, demonstrar o quanto sua posição, que era política, fazia com que Constâncio acabasse por se contradizer. De que modo eles faziam isso? Indicando as contradições de seus textos:

A comissão entende, porém, que deve chamar igualmente as atenções do Instituto para o que se acha exarado a pág. 266 do tomo 2º, onde o Sr. Dr. Constâncio, tendo anteriormente invectivado contra a emancipação do Brasil, se exprime da maneira seguinte: - “O único arbítrio sensato era desde logo proclamar que o Brasil seria governado por uma constituição feita por seus próprios deputados, e uma assembléia residente no país, sendo o poder executivo confiado a um príncipe da Família Real (...).”

(...) O que é pois a independência? Não consiste em ser o país governado por uma constituição própria, em ter uma assembléia legislativa própria, em possuir um governo próprio?⁹¹

Ou seja, não era apenas uma questão de opiniões diferentes, ou de posições políticas divergentes. Porque, neste caso, a comissão também estaria sob o jugo da paixão, o que não deveria ser dado à ciência. Por estar agindo e escrevendo sob o “espírito de paixão” – política -, Constâncio demonstrava-se contraditório, e esse era o argumento que o condenava.

Além disso, o estilo desse autor também foi criticado:

Conquanto, finalmente, o que vai expendido seja mais que suficiente para julgar do mérito intrínseco da Historia do Brasil, escrita pelo Sr. Dr. Constancio, não é, todavia, fora de propósito o dizer-se, *pelo que respeita a estilo*, que este é muitas vezes por negligente impróprio da gravidade da historia, e mais vezes ainda, impróprio de um filólogo português por inçado de torpes galicismos. A comissão para não abusar da atenção do Instituto acabará indicando exemplo de ambos esses defeitos. A pág. 344 do 1º tomo, lê-se a seguinte expressão: - «Assentou três peças com cinqüenta barris de pólvora, balas, ou outras munições, e duzentas fangas de farinha.» - Para conhecer o exemplo de negligencia de estilo, que oferece esta frase, é bastante lembrar que o vocábulo *assentar* significa pôr a artilharia a ponto de poder jogar e ferir no alvo. A pág. 172 do mesmo Tomo, encontram-se as seguintes palavras: - «para bem da humanidade *teria sido mui*

⁹⁰ Juízo sobre a Historia do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constâncio. Ibid. p. 83.

⁹¹ Juízo sobre a Historia do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio. In: **Revista do HGB**, tomo I, 1839. p. 84.

feliz se todos os jesuítas da Europa tivessem sido obrigados a vir viver na América.» - O torneio da frase é um puro arremedo da linguagem francesa.⁹²

É assim que se encerra este juízo, criticando um estilo negligente em relação ao conteúdo e impróprio em relação à língua na qual foi escrito, o português. Indicando que não apenas os dados fornecidos em uma dada obra deveriam ser patrióticos, como também a escrita, em si, também deveria ser.

Vejamos um juízo no qual não consta o nome do autor do livro. Na sessão do dia 10 de maio de 1842, José Joaquim Machado d'Oliveira foi encarregado de dar seu juízo sobre a obra *Geografia Brasileira*, publicada na corte.⁹³ O juízo foi lido na sessão do dia 9 de junho e aprovado, na sessão seguinte, em 7 de julho do mesmo ano. Não há, em nenhuma dessas ocasiões, o registro de quem seria o autor da *Geografia*. Este juízo não foi publicado na revista, mas encontra-se nos arquivos do Instituto.

Já de saída, Machado d'Oliveira deixa claro qual foi o método que utilizou para examinar a obra: "... comparando a obra publicada com o que se há escrito sobre a matéria, e esteve ao meu alcance, e com os poucos conhecimentos geográficos, que *praticamente* tenho adquirido, por haver estado em 13 Províncias do Brasil, e em algumas residido por longo tempo."⁹⁴ Como já foi dito, este confronto de bibliografia foi um método bastante utilizado na crítica das obras. Porém, neste caso temos um outro elemento: o próprio conhecimento do parecerista. Este conhecimento teria sido adquirido de forma prática, o que significa dizer que ele havia ido aos lugares – treze Províncias -, os havia visto.

Um pouco mais adiante, ele resume sua opinião a respeito da obra: " Se na primeira parte da Geografia brasileira contém-se os erros e omissões (...); na segunda parte, que trata da geografia especial das Províncias, pouco há que se possa louvar como exato, ou como aproximado à verdade."⁹⁵ Mais uma vez, a exatidão é cobrada como uma característica que o texto deveria ter.

⁹² Juízo sobre a História do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio. Ibid. p. 84-85. *Grifos meus*.

⁹³ Até então, Machado d'Oliveira não integrava nenhuma comissão, mas foi nomeado, naquele mesmo dia, para suprir a vaga de Duarte da Ponte Ribeiro, na comissão de geografia. No entanto, o juízo é de sua autoria e não foi elaborado como um trabalho da comissão.

⁹⁴ Pareceres de José Joaquim Machado de Oliveira sobre a obra *Geografia Brasileira*, e sobre o Plano de uma colonização para o Brasil. 1842/1845. **Arquivo IHGB**, lata 574, pasta 11. Grifos meus.

⁹⁵ Mesmo afirmando que havia *pouco* de exato, o autor não indica o que seria. Pareceres de José Joaquim Machado de Oliveira sobre a obra *Geografia Brasileira*, e sobre o Plano de uma colonização para o Brasil. 1842/1845. **Arquivo IHGB**, lata 574, pasta 11.

É preciso indagar, então, sobre o que estas comissões queriam quando cobravam exatidão dos escritores? Neste caso, é mais fácil caracterizar o que era a falta de exatidão, ou o que era inexato, visto que dificilmente alguma obra foi elogiada por ser exata, mas sim por ser pouco exata ou inexata. Uma descrição poderia ser inexata por não referir corretamente quais os rios que desaguavam em uma determinada lagoa, ou ainda porque as latitudes de um determinado mapa tinham sido descritas imprecisamente - entre 28° e 29°, por exemplo. Esta crítica foi feita a um mapa avaliado pela comissão de geografia. Ao censurar a falta de precisão do autor em fornecer as latitudes a comissão acrescentou: “Este modo de expressar-se do seu autor não é admissível em ciências exatas (...).”⁹⁶ A inexatidão poderia ser também histórica, referindo-se às confusões com datas ou lugares. Contudo, o excesso de precisão poderia ser julgado como inexato. Em um outro parecer, intitulado *Parecer da Comissão de Geografia sobre dois mapas oferecidos ao Instituto*, encontramos algumas pistas:

Relativamente a direção das correntes, dos diferentes rios, e das montanhas, que em vários rumos cortam a Província, a Comissão não pode considerar exatas as que estão designadas na Planta, porque como as nossas terras tanto naquela Província como em quase todo o Império estão ainda cobertas de matos, *não é possível o conhecer com exatidão a direção das montanhas e dos rios*; tempo virá em que isso se obtenha, mas é preciso que o precedam as derrubadas e roçados, e as medições Topográficas executadas por ordem do Governo(...).⁹⁷

Ou seja, era necessário que se desenvolvesse os conhecimentos sobre a geografia do Brasil para que se pudesse precisar as direções dos rios e a topografia. A inexatidão dos mapas estava no fato de fornecer, de forma tão precisa, dados ainda desconhecidos. Disso, se pode deduzir que a exatidão, portanto, está vinculada à uma idéia de “informação verdadeira”, no sentido de que é o que corresponde à realidade do conhecimento. Ou seja, declarar que não se sabe determinar o sentido de uma corrente fluvial, por exemplo, seria mais exato do que presumi-lo.

Sem criticar o estilo do autor do livro, José Joaquim também indica que a leitura do próprio texto seria capaz de revelar a qualidade do escrito: “... mas eu insisto em dizer, que se leia a obra, porque basta isso para salvar-me de qualquer imprecisão que acaso se forme contra a pureza de minhas intenções.”⁹⁸ Ou seja, as críticas feitas à *Geografia Brasílica* poderiam ser corroboradas apenas pela leitura do texto. Para concluir, Machado de Oliveira, assim como os

⁹⁶ Parecer da Comissão de Geografia sobre dois mapas oferecidos ao Instituto. **Revista do IHGB**, 1840, tomo II, p. 113.

⁹⁷ **Revista do IHGB**, tomo II, 1840. p. 115.

⁹⁸ Pareceres de José Joaquim Machado de Oliveira sobre a obra *Geografia Brasílica*, e sobre o Plano de uma colonização para o Brasil. 1842/1845. **Arquivo IHGB**, lata 574, pasta 11.

outros pareceristas, não poderia deixar de desqualificar o autor da obra. Ele sugere que seja criada uma censura pós-publicação para que os estabelecimentos de instrução “(...) estivessem apercebidos e em guarda contra os acometimentos dos saltimbancos em literatura, e contra os ardis de sagazes especuladores.”⁹⁹

A primeira conclusão que podemos tirar destes três juízos é que as falhas apontadas pelas comissões nas obras eram resultantes dos defeitos de seus autores. Esses defeitos, por sua vez, transpareceriam em seus textos. O estilo de Constâncio denunciava seus galicismos, sua parcialidade, fruto de suas paixões, que ficavam evidentes em suas contradições. Mesmo quando o autor não foi mencionado, seus escritos eram o sinal de que se tratava de um “sagaz especulador”. Tanto o estilo literário, quanto a contradição indicariam a qualidade e a confiabilidade dos escritores. Ou seja, um texto coerente pertenceria a um autor coerente. Um contraditório denunciaria seu autor – parcial, apaixonado. Tudo isso pode ter sido uma espécie de mensagem que ficaria ao leitor do parecer – e possível leitor da obra ajuizada. Mesmo que esse leitor não tivesse todos os conhecimentos específicos, tais quais possuíam os sócios do IHGB, ou uma bibliografia, com a qual ele pudesse comparar as informações contidas em determinado livro, o próprio texto “denunciaria” as falhas de seu autor.

O próprio juízo funcionaria, portanto, como uma espécie de *extraprefácio implícito*. François Hartog argumenta que existem prefácios que não são escritos para serem prefácio, mas têm a função de informar sobre o texto que segue (HARTOG, 1999a, p. 11-13). Eles seriam prefácios implícitos que indicariam a importância ou utilidade do que se vai dizer: “um prefácio deve esclarecer e facilitar a compreensão do que se segue, dando uma idéia geral do que se passou e indicando as causas.”¹⁰⁰ Os juízos das comissões certamente não tinham intenção de serem prefácios, mas pretendiam, sim, indicar a importância e utilidade das obras analisadas. Eles não pertenciam ao corpo do texto julgado, mas estavam diretamente relacionados a ele e também se dirigiam aos leitores das obras, por isso seriam *extraprefácios*.

Vejamos agora como tudo isso aparece no extremo oposto: os elogios sem medida. A segunda edição da obra *Anais da Província de S. Pedro*, de autoria do presidente do Instituto foi

⁹⁹ Pareceres de José Joaquim Machado de Oliveira sobre a obra *Geografia Brasílica*, e sobre o Plano de uma colonização para o Brasil. 1842/1845. **Arquivo IHGB**, lata 574, pasta 11.

¹⁰⁰ “Une préface doit éclairer et faciliter la compréhension de ce qui va suivre, en donnant un aperçu general de ce qui s’est passé et en indiquant les causes.” (HARTOG, 1999a, p. 13).

encaminhada à comissão de história.¹⁰¹ A primeira edição dos *Anais* era intitulada *Anais da Capitania de São Pedro* e era composta de dois volumes. O primeiro é de 1819 e saiu pela Imprensa Régia no Rio de Janeiro. O segundo volume foi publicado em 1822, pela Imprensa Nacional em Lisboa. A edição que passou pela crítica do IHGB era dedicada ao Imperador D. Pedro II – “Ao muito alto, muito poderoso senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil” (PINHEIRO, 1982, p. XXI). O juízo foi assinado por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes e por Araújo Vianna – contando ainda com um membro supranumerário, o Sr. Gustavo Adolfo d’Aguiar Pantoja.¹⁰²

Não há, em todo o juízo, qualquer tipo de crítica negativa à obra, ou ao seu autor. A comissão enfatizava a difícil tarefa que seria a de julgar o Visconde:

difícil e penoso encargo é sem duvida o de examinar e censurar, quando se trata de pessoa munida com títulos correntes, e legalizados para exigir de seus pretendidos censores a mais cabal homenagem de consideração e respeito, dado que estes mesmos não sejam espontaneamente os primeiros a fazer justiça ao varão benemérito da sua pátria.¹⁰³

Fica claro que os pretensos censores se colocam em uma posição em que eles não teriam nem autoridade, nem competência para desaprovar a obra. Sem conhecimento suficiente para julgá-la, sequer seriam capazes de contribuir com algum acréscimo, caso a aprovassem.

As informações contidas nos *Anais* não foram, em nenhum momento, comparadas com dados de outros textos – como ocorreu com outras obras. A comissão de história apenas afirmou que “a narração de muitos sucessos relatados nos *Annaes*, é finalmente corroborada por vários documentos justificativos (...)”.¹⁰⁴ Estes “documentos justificativos” são os próprios documentos apresentados pelo autor em sua obra. Ou seja, não apenas não era necessário cotejar o texto do Visconde com outros – para que se verificasse possíveis erros e inexatidões – como também as informações e documentos apresentados por ele foram total e incondicionalmente aceitos pela comissão.

¹⁰¹ Januário da Cunha Barbosa, em seu discurso da quarta sessão pública aniversária, ao referir-se à obra do presidente do Instituto, o Visconde de São Leopoldo, chamou seu autor de geógrafo. **Revista IHGB**, tomo IV, 1842, suplemento, p. 6.

¹⁰² Em 1839, a comissão de história solicitou ao Instituto a inclusão de um membro supranumerário à comissão. O pedido foi aprovado e a partir de 1842, como foi dito na introdução ao capítulo, passaram a ser eleitos três membros para cada uma das comissões.

¹⁰³ Juízo sobre os *Anais* da Província de S. Pedro publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo. (2ª edição). In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 255.

¹⁰⁴ Juízo sobre os *Anais* da Província de S. Pedro publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo. (2ª edição). Ibid. p. 260.

O presidente do Instituto era considerado um grande escritor. Como foi dito anteriormente, o estilo de veria ser uma preocupação do autor. A respeito do texto do Visconde foi dito que “os lugares que a comissão transcreveu parecem mais que suficientes para deles se formar juízo acerca do estilo do nosso ilustre escritor.”¹⁰⁵ Certamente, ao comentar o estilo de Fernandes Pinheiro a comissão só poderia estar se referindo ao seu bom estilo – apesar de não qualificá-lo assim. Além disso, a comissão transcreve vários trechos da obra chamando a atenção para o “escrúpulo” e a “coerência de princípios” do autor.¹⁰⁶ Cabe destacar aqui, que apesar de o trabalho da comissão de história ser referente ao livro de José Feliciano Fernandes Pinheiro, as qualidades mais uma vez foram atribuídas ao autor e não à obra. Ou talvez seja mais bem dito que, como o que ocorreu com Dreys, Constâncio e até mesmo com o autor não citado, as qualidades do autor acabam se refletindo em seu texto – neste caso, coerente, exato e acima de tudo com o estilo de um “ilustre escritor”.

A pergunta que pode ser feita, então, é se este juízo poderia ser diferente. Creio que não, afinal se tratava do presidente do Instituto. No entanto, podemos destacar dois aspectos importantes nesse juízo. Em primeiro lugar, é relevante o fato de que o livro do próprio presidente do IHGB estivesse sujeito ao julgamento de uma comissão do Instituto. Certamente, isso não ocorreu por “descuido”. Isso fazia parte da idéia de imparcialidade que deveria ter o IHGB enquanto uma instituição científico-literária. Em segundo lugar, os elogios feitos ao Visconde fazem parte do mesmo rol de critérios observados em todas as obras.

Como seria de esperar, o livro de Alexander von Humboldt (1769-1858), intitulado *Examen Critique de L'Histoire de la Geographie du Nouveau Continent* (1836-1839), foi encaminhado à comissão de geografia – os mesmos que avaliaram Nicolau Dreys: Lino Antônio Rebello e José Silvestre Rebello. Assim como no caso do presidente do Instituto, Humboldt é considerado um clássico e, portanto, suas opiniões mal poderiam ser questionadas pela comissão:

(...) as suas opiniões mal podem ser contravertidas [sic] por indivíduos com poucos conhecimentos, e que vivem em países onde por ora não há recursos literários, que consultar, como se encontram nas vastas Bibliotecas da Europa; e portanto deve merecer desculpa o pouco que a Comissão se anima a dizer.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Juízo sobre os Anais da Província de S. Pedro publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo. (2ª edição). In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 260.

¹⁰⁶ Juízo sobre os Anais da Província de S. Pedro publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo. (2ª edição). Ibid. p. 257.

¹⁰⁷ Juízo sobre a obra intitulada *Examen Critique de L'Histoire de la Geographie du Nouveau Continent* par Alexandre Humboldt me mbro honorário do Instituto. In: **Revista do IHGB**, 1840, tomo II, p. 105-106.

Nesse caso, a comissão coloca a si mesma e ao país em nível de inferioridade em relação ao autor e seu continente.¹⁰⁸ A própria comissão destacou que não faria a confrontação da obra com outras por falta de “recursos literários”. Os documentos utilizados por Humboldt eram citados como prova de que o autor estava se valendo da documentação adequada na construção de sua obra. A carta de Pero Vaz de Caminha, usada pelo autor, seria um exemplo disso, pois Caminha era uma “(...) autoridade irrefragável, pois que se achava a bordo da Esquadra(...)”¹⁰⁹ Além dos elogios à documentação empregada, temos novamente o elemento da visão aparecendo. Caminha era considerado autoridade porque estava a bordo, ou seja, era testemunha ocular dos acontecimentos que narrava.

Além do mais, a comissão de geografia considerou importante destacar que mesmo que Humboldt tenha oferecido duas informações diferentes para um mesmo episódio, isso não caracterizaria uma contradição.

A Comissão não acha contradição no autor por haver na mesma obra comunicado ao público como verdadeiras duas opiniões diferentes; porque como o primeiro tomo foi impresso em 1836, e o quinto em 1839, é claro que foi no intervalo destes três anos, que o autor leu a *Corografia Brasílica do Padre Aires*, obra onde pela primeira vez apareceu impressa a sobredita carta de Caminha (...).¹¹⁰

Humboldt não poderia ser classificado como contraditório, pois a contradição estava associada àqueles autores que não eram imparciais. Humboldt era reconhecido como um clássico. O que lhe garantia, no mínimo, uma ponderação, por parte dos sócios, sobre as razões que o teriam levado a informar dados diferentes em uma mesma obra. Concessão essa que outros autores não tiveram, como já foi dito.

Ora, Dreys e Constâncio foram desqualificados por serem contraditórios. Por outro lado, a comissão de geografia fez questão de destacar que mesmo apresentando duas opiniões diferentes, Humboldt não deveria ser assim considerado. A contradição não tinha o seu oposto como a antinomia exatidão/inexatidão, já que não se fazia menção à coerência na crítica produzida. Um autor poderia, ou não, ser contraditório.

¹⁰⁸ Gerard Helferich, autor da mais recente biografia do naturalista, afirma que “em vida, Humboldt foi universalmente reconhecido como gênio.” (HELFERICH, 2005, p. 18).

¹⁰⁹ Juízo sobre a obra intitulada *Examen Critique de L’Histoire de la Géographie du Nouveau Continent* par Alexandre Humboldt membro honorário do Instituto. In: **Revista do IHGB**, 1840, tomo II. p. 106.

¹¹⁰ Juízo sobre a obra intitulada *Examen Critique de L’Histoire de la Géographie du Nouveau Continent* par Alexandre Humboldt membro honorário do Instituto. *Ibid.* p. 106. Grifo meu.

O que se pode notar até aqui é que tanto a comissão de história, quanto a de geografia acabavam apontando os mesmos problemas ou qualidades em uma obra e autor. Ambas comissões avaliavam estilo, coerência dos textos, exatidão das informações fornecidas por eles. Além disso, elogios ou insultos dirigidos diretamente aos seus autores. Também são críticas que foram de um extremo ao outro em ambas comissões. Vejamos, então, avaliações que não foram tão extremas, nem foram produzidas por uma das duas comissões.

2.2 A Crítica Negociada

Em primeiro lugar, faço uso da expressão negociada para caracterizar as críticas que apesar de terem sido predominantemente negativas, apresentam uma solução para os problemas das obras, ou indicam que algo do livro pode ser aproveitado. O que significa dizer que não eram rechaços completos. Nem a obra toda era considerada um lixo, nem seu autor um estúpido. Não se trata de uma negociação de fato, uma vez que os autores das obras avaliadas não respondem, nem participam de um debate com seus críticos. Porém, por algum motivo, há uma negociação no sentido que os pareceristas, apesar de encontrarem uma série de problemas na obra, não condenam definitivamente seus autores.

Foi assim com *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil* de Horace Say (1794-1860). A primeira edição da obra é de 1839, e foi o próprio autor que me ofertou o livro ao Instituto. Bento da Silva Lisboa e J. D. de Attaide Moncorvo foram nomeados para que formassem uma comissão e expedissem um juízo a respeito deste livro. Em uma primeira leitura desse juízo, a impressão é de que não há diferenças entre as críticas feitas a Say e aquelas feitas a Dreys ou a Constâncio. Horace Say foi criticado por cometer uma série de erros e inexatidões. A comissão imaginava que pelo fato de o autor ter estado no Brasil, como ele mesmo declara, em 1815 e sua obra ter sido publicada em 1839, ela estaria livre de inexatidões e erros. Mas, não é o que acontece, diz a comissão.¹¹¹ Ele também foi censurado por agir apaixonadamente em sua

¹¹¹ Juízo sobre a obra intitulada *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, par Horace Say. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 250.

análise, tendo prejudicado, dessa forma, a requerida imparcialidade.¹¹² No entanto, ao fazer uma leitura mais cuidadosa do juízo, podemos notar que o tom das críticas feitas a ele não era o mesmo aplicado a Dreys e Constâncio. A maior censura à obra de Say se referia ao fato de ela não ser essencialmente inovadora, ou inédita.

A citada obra contém um extenso resumo dos sucessos políticos da Europa, desde o ano de 1807 até a paz de 1814; algumas observações acertadas, mas sem o cunho da novidade sobre a emancipação da América, que deles resultou; uma exposição bastante longa dos fatos notórios da nossa existência política; (...) que não prestam esclarecimentos instrutivos do passado, nem idéias vantajosas para o futuro (...).¹¹³

Acrescentando ainda que o autor abordaria princípios já sabidos e lugares comuns da economia política.¹¹⁴

Além disso, o livro seria de maior interesse interno da França do que do Brasil. Ou seja, um livro que continha erros, mas que acima de tudo não seria útil ao Brasil, por não apresentar nenhuma novidade, nenhum esclarecimento sobre algum fato ainda pouco conhecido. O que significa dizer que a obra não contribuiria com o progresso da ciência e, conseqüentemente, da pátria.

Apesar disso, em algumas passagens a comissão concede razão ao autor: “ Não obraria porém a comissão com imparcialidade, se não manifestasse que o Sr. Horace Say, sem ser nimiamente parcial pela sua pátria, mostra bastante benevolência ao Brasil (...)”¹¹⁵ Além do mais, Say possuía idéias que mereciam ser destacadas:

Merecem, no entender da comissão, particular menção as observações que o autor faz sobre a conveniência de se ir gradual e prudentemente exterminando a escravidão dentro do país. O capítulo 17 é todo dedicado a este mui importante assunto, que é digno de ser lido e estudado pelos que se interessam no bem e prosperidade do Brasil.¹¹⁶

¹¹² Juízo sobre a obra intitulada *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, par Horace Say. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 252.

¹¹³ Juízo sobre a obra intitulada *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, par Horace Say. Ibid. p. 250.

¹¹⁴ Juízo sobre a obra intitulada *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, par Horace Say. Ibid. p. 250.

¹¹⁵ Juízo sobre a obra intitulada *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, par Horace Say. Ibid. p. 252.

¹¹⁶ Juízo sobre a obra intitulada *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, par Horace Say. Ibid. p. 254-255.

Enfim, a obra deveria ser reelaborada para uma futura segunda edição “ (...) para que se possa melhor preencher as vistas do seu autor, cujas louváveis intenções se compraz de reconhecer.”¹¹⁷ É notável que o tratamento dado a Say é diferenciado. A comissão faz questão de demonstrar respeito pelo autor. Ainda que seu texto apresentasse inexatidões e não lhe rendesse elogios por seu estilo, o escritor não deveria ser desqualificado. O autor possuía “louváveis intenções” e, certamente, não era um “saltimbanco em literatura”.

O renomado Jean Baptiste Debret (1768-1848) teve sua obra avaliada por uma comissão no Instituto. Como ocorreu no caso de Horace Say, foram nomeados dois sócios, que não pertenciam nem à comissão de história, nem a de geografia. Por acaso, ou não, os mesmos Bento da Silva Lisboa e Attaide Moncorvo. Essa comissão avaliou o primeiro e o segundo volume da obra *Voyage Pittoresque et historique au Brésil: séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement*. A obra de três volumes foi publicada em Paris entre os anos de 1834 e 1839 – e ficou mais de um século sem uma segunda edição.¹¹⁸

Pela leitura deste parecer fica claro que a comissão realizou o trabalho em duas etapas. Primeiro analisaram o volume um, expedindo o juízo. Depois, leram e julgaram o segundo volume – ainda que ambos tenham sido publicados juntos. Silva Lisboa e Moncorvo fizeram elogios ao primeiro volume salientando o seguinte:

A Comissão viu com muita satisfação o elogio que o autor faz aos seus discípulos brasileiros, que fizeram tais progressos em seis anos (...). Igual satisfação experimenta a Comissão, quando o autor diz que o Brasil vai desenvolvendo progressivamente uma civilização que honra muito ao povo que o habita, o qual é dotado das qualidades as mais preciosas.¹¹⁹

Certamente o primeiro volume do *Voyage* agradou aos sócios do IHGB. Já o segundo volume, recebeu críticas por ser pouco exato e pouco imparcial.¹²⁰ A comissão começa discordando da opinião de Debret a respeito do “estado de civilização” em que se encontrava o Rio de Janeiro antes da vinda da família real para o Brasil. Debret havia afirmado que a civilização se

¹¹⁷ Juízo sobre a obra intitulada *Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, par Horace Say. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 255.

¹¹⁸ A tradução desta segunda edição é a primeira versão em português do livro – que utilizo neste trabalho.

¹¹⁹ Parecer Sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL, séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement*. Par J. B. Debret. In: **Revista do IHGB**, 1841, tomo III, p. 96.

¹²⁰ Note: pouco!

encontrava estacionária, antes da vinda de D. João VI.¹²¹ Depois, Silva Lisboa e Moncorvo afirmam que Debret “segue a opinião antiga” de atribuir a Juan Solis a descoberta da Baía da Guanabara. No entanto, desculpam o erro do autor porque

(...) não tendo podido conhecer as investigações, que recentemente se têm feito sobre a história do Brasil, e que com tanto zelo promove o Instituto, por quanto hoje, e principalmente depois das notas com que o Sr. Varnhagen ilustrou o Roteiro de Pero Lopes (...).¹²²

Pelas palavras da comissão, ele praticamente não teria cometido um erro, apenas teria repetido o erro dos outros porque não conhecia os documentos de pesquisas recentes. Vale destacar que a obra de Debret foi comparada com outros documentos, assim como foi feito com a maioria dos trabalhos analisados pelas comissões de história e geografia. Enquanto o erro de Dreys não mereceu nenhum tipo de indagação sobre o que o teria motivado, Debret não precisava dizer nada, ele tinha sua falta justificada pela própria comissão. Mais adiante, os pareceristas afirmam que o autor foi “menos exato” ao relatar um episódio sobre o Marquês do Pombal. Menos exato! Em outra obra, seria uma inexatidão, provavelmente, mas não na de Jean Baptiste Debret.

Nem por isso, a comissão deixa de apontar cada trecho, com o qual ela não concorda. Porém, sempre com muita moderação e respeito. Antes de criticar alguns dos desenhos do artista, Moncorvo e Silva Lisboa fazem questão de salientar a estima do autor para com os brasileiros: “Entre as estampas há três, que, se não fosse a consideração de que em geral o autor faz elogios aos Brasileiros, pareceria que ele queria fazer uma verdadeira caricatura.”¹²³ Definitivamente, Debret não era um “lóbulo ovóide”!

Agora, pode-se chegar a algumas conclusões. Exatidão, inexatidão e contradições foram apontadas por todas as comissões, fossem elas a de história, a de geografia ou alguma composta especialmente para dar um parecer. De uma maneira geral, as obras avaliadas foram submetidas à comparação com outros trabalhos e documentos no intuito de se verificar os dados que elas continham. O que significa dizer que existiam algumas características que uma obra deveria

¹²¹ Parecer Sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL, séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’em 1831 inclusivement. Par J. B. Debret. In: **Revista do IHGB**, 1841, tomo III . p. 97.

¹²² Parecer Sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL, séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’em 1831 inclusivement. Par J. B. Debret. In: **Revista do IHGB**, 1841, tomo III . p. 97.

¹²³ Parecer Sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL, séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’em 1831 inclusivement. Par J. B. Debret. Ibid. p. 98.

apresentar, fosse ela histórica, geográfica, ou as duas ao mesmo tempo.¹²⁴ Essas características formam um rol de critérios que foram sistematicamente analisados nas obras por qualquer uma das comissões. Além disso, o método utilizado pelas diferentes comissões nas críticas era o mesmo. Através da comparação da obra que estava sob julgamento com outros livros, mapas ou documentos se poderia identificar possíveis inexatidões e erros. Não havia, portanto, ainda a definição de um método específico de cada área. De acordo com Julio Aróstegui, a busca por um método específico baseou-se nas idéias sobre ciência introduzidas pelo positivismo, que serviu de guia da ciência a partir da segunda metade do século XIX (ARÓSTEGUI, 2006, p. 103). Provavelmente, não foi por não conhecer a obra de Auguste Comte (1798-1857), que os sócios do Instituto não seguiam suas idéias, pois o primeiro volume do *Curso de Filosofia Positiva* foi publicado em 1830 (OS PENSADORES, 1978, p. VII). Humboldt era sócio do Instituto e uma grande referência científica na primeira metade do século XIX.

Outra conclusão a que se pode chegar é que muito mais do que pesquisas, essas obras foram avaliadas enquanto textos. Ainda que os documentos apresentados pelo Visconde de São Leopoldo ou por Humboldt recebessem elogios pela pertinência e coerência de seus usos, não eram eles, explicitamente, que garantiam a confiabilidade da obra. Dreys não apresentou documentos e afirmou, na introdução de seu livro, que “escreveu o autor como testemunha ocular”, indicando dessa forma que o seu opúsculo era o resultado de sua própria observação. Embora ele tenha feito isso, nenhuma das críticas que recebeu se refere à ausência de documentos que servissem de prova ao seu trabalho. Já Solano Constâncio, fez questão de apresentar uma “advertência”, na qual deixou claro qual foi o material utilizado para a composição de sua obra: Robert Southey, M. David B. Warden e “escritos recentes de sábios viajantes alemães, ingleses e franceses” (CONSTÂNCIO, 1839, p. Ia). Contudo, as críticas que recebe não estão relacionadas a isso. Por outro lado, Horace Say foi censurado por não apresentar novidades, e Debret desculpado por não conhecer a documentação mais recente. Em nenhum destes, e de outros juízos deste período, a obra ou o autor foram condenados ou exaltados em função da presença ou ausência de provas documentais. Júlio Aróstegui afirma que “as diversas escolas e correntes historiográficas do século 19 coincidem, pelo menos, em uma coisa (...): em deixar de considerar que a História é uma *crônica* baseada nos testemunhos que nos têm sido transmitidos pelas gerações anteriores para passar a ser uma *pesquisa* (...)” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 106). No

¹²⁴ Ver capítulo 1, item 1.2 *Discutindo o relacionamento*.

entanto, não parece ser esta ainda a abordagem do IHGB. A escrita em si, e o que se diz com ela é mais importante do que o procedimento de investigação utilizado para nela resultar. Ou seja, fosse como testemunha ocular – como Nicolau Dreys –, fosse como pesquisador em Portugal – como era o caso de Francisco A. Varnhagen –, nestes primeiros anos, a ciência admitia estas diferentes abordagens. O pressuposto requerido por ela era o amor à pátria, história e geografia patrióticas. Enfim, as críticas eram muito mais direcionadas aos estrangeiros que escreviam sobre o Brasil sem conhecê-lo, do que às pesquisas mal feitas, ou provas documentais inconsistentes:

(...)o Curso metódico de Geografia, (...)deve todavia ser conservado no arquivo do Instituto Histórico, não para servir de auxílio à confecção da história geral do Brasil, porém para fornecer mais uma prova de que não se deve depositar muita fé nas relações escritas a cerca do mesmo Brasil por estrangeiros que nunca o visitaram (...).¹²⁵

Porque eram avaliadas enquanto textos, algumas obras e mais precisamente o estilo literário de seus autores eram julgados. Determinados estilos correspondiam às expectativas que uma obra deveria cumprir. Outros foram classificados como impróprios, entre outros adjetivos.¹²⁶ O mais interessante de se notar é que somente os textos escritos em português foram elogiados ou censurados por seus estilos. O Visconde tinha o estilo de um ilustre escritor, enquanto Dreys acumulava *impróprio*, *empolado*, entre outros adjetivos censurados. O estilo de Alexandre von Humboldt não merecia nenhuma linha de considerações? Talvez não se tratasse disso. Ainda que Constâncio não fosse brasileiro, seu estilo literário foi criticado por, de uma certa forma, contaminar a língua portuguesa com galicismos.¹²⁷ Tudo isso pode significar que só a escrita em português poderia ter seu estilo julgado, pois só ela seria capaz de ser patriótica.

2.3 A Crítica da Crítica

¹²⁵ 68ª Sessão em 12 de agosto de 1841. **Revista do IHGB**, 1841, tomo III. p. 364

¹²⁶ Definitivamente as comissões destes primeiros anos de existência do IHGB não concordavam com Comte. De acordo com Wolf Lepenies, para Comte as questões de estilo eram irrelevantes (LEPENIES, 1996, p. 27).

¹²⁷ Interessante que Machado de Assis no ensaio intitulado *Instinto de Nacionalidade*, de 1873, no qual pretende atestar que existe o desejo, no Brasil, de se criar uma “literatura mais independente”, dedica atenção para falar da língua. O autor também faz uma censura à influência francesa na literatura da língua portuguesa: “Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos a linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da Língua Francesa.” (ASSIS, 1999. p. 33-34).

A quem, afinal, estas comissões estavam dirigindo suas críticas? Às obras ou a seus autores? A proposta dos juízos e pareceres era avaliar as obras destes autores em questão, assim como de outros. Em uma primeira leitura geral, a impressão que se tem é de que isso é apenas um artifício para elogiar os autores com quem a instituição “simpatizava” e depreciar aqueles de quem não gostavam. Humboldt, Fernandes Pinheiro e até mesmo Debret, que escreveu coisas que desagradavam aos sócios do IHGB, mereciam destaque e respeito. Ou seja, parece que na verdade não importava o que estes homens tinham escrito. O que estava em jogo eram justamente os seus nomes. Entretanto, o mesmo não faz sentido se pensarmos em nomes como os de Solano Constâncio, Nicolau Dreys e Horace Say. Destes três, somente Say mereceu a “benevolência” da comissão no momento das críticas.

Parece que é relativamente simples entender por que tanto uma comissão como outra tinha apreço e respeito pelo Visconde de São Leopoldo - presidente do Instituto, conselheiro imperial - e pelo barão de Humboldt – sábio renomado internacionalmente. Em contraposição, não compreendemos tão facilmente por que Constâncio e Dreys foram tão rechaçados. Por que o português, que fora viver na França, e o francês, que viera morar no Brasil, receberam tantas críticas? Por que Horace Say não?

Começemos pelo francês Nicolau Dreys. De acordo com Moacyr Flores – na introdução à quarta edição do livro - , Dreys era bonapartista e foi militar e funcionário público. Em 1817, chegou ao Brasil exilado e se estabeleceu no comércio em Porto Alegre no fim deste mesmo ano. Permaneceu até 1825, quando foi para Rio Grande, onde ficou por dois anos. Em 1837, se mudou para o Rio de Janeiro, onde viveu até sua morte em 1843 (FLORES, 1990, p. 9-10).

O primeiro parágrafo de sua *Notícia descritiva* começa criticando o conflito que se desenrolava na Província de São Pedro:

O deplorável conflito militar que hoje atrai sobre a Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul a atenção do Brasil, determinou-nos a publicar este opúsculo, extraído de uma obra inédita, muito mais extensa, resultado de vinte anos de observações sobre o *Brasil Meridional*: obra que já se teria dado ao prelo, nesta capital, onde a arte de *Guttenberg* tem feito, em poucos anos, tão brilhantes progressos, se a consideração das despesas, necessariamente avultadas de execução local, não tivesse obrigado o autor a reservá-la para a tipografia européia (DREYS, 1990, p.11).

O conflito era deplorável, mas o autor não dizia o porquê. O que significava que ele não se posicionava ao lado do Império. É certo também que não significava que estava ao lado dos

“revoltosos”. Porém, para os sócios do IHGB bastava que Dreys não estivesse junto à Coroa, para que não estivesse ao lado da pátria. O francês destaca ainda que apesar de possuir saudosas impressões da Província, os leitores não deveriam recear que a obra fosse impregnada “(...) de cores oficiosamente lisonjeiras: é este um país que não se pode adular: uma natureza tão rica, dotada de tantos elementos de atração, não requer do historiador senão verdade” (DREYS, 1990, p. 11). Neste trecho, Dreys pretende deixar claro que apesar de ter residido e se afeiçoado ao lugar de que escreve, o seu compromisso seria com a verdade. Pois, a obra que estava apresentando seguia métodos científicos: “o plano que havemos seguido na distribuição da obra não é novo na ciência; mas seja-nos lícita a observação de que poucos monumentos existem de sua aplicação à descrição do Brasil” (DREYS, 1990, p.11). O autor estava fazendo referência a Humboldt, em suas palavras “um gênio metódico”. Nicolau Dreys esperava que o seu trabalho fosse um “tímido, mas atento imitador” dos passos do naturalista, como a única forma de garantir a produção de conhecimento legítimo. Neste sentido, o francês está buscando diferenciar o seu trabalho, pelo método, de dois outros tipos de obras. Em primeiro lugar, dos relatos de alguns viajantes:

que utilidade pode tirar o topógrafo, o naturalista, o publicista, e em geral o mundo literato, dos graciosos apontamentos tomados de corrida por essas rápidas aves de passagem, que vindo do velho hemisfério repousar um instante nesta terra virgem, julgam respirar a ciência com o aroma de suas matas, e consideram-se assim habilitadas para tudo conhecer e tudo dizer (...) (DREYS, 1990, p.11-12).

Dreys dirige suas críticas especificamente a alguns autores, embora não tenha nomeado todos. Ele menciona os nomes de alguns autores de “historietas” tais como Olway, Allois, Arsène Isabelle e Douville. Suas críticas recaem ainda sobre “os plágios pitorescos de certo caricaturista que observou o país pela janela de seu aposento” (DREYS, 1990, p. 12). O autor, sem citar o nome, deve estar falando de Jean Baptiste Debret. Debret pode ter plagiado uma gravura da obra do naturalista prussiano Georg Heinrich von Langsdorff, autor de *Voyages and travels en various parts of the world: during the years 1803, 1804, 1805, 1806, and 1807*, de publicação anterior à obra do francês. De fato, *Dança de Selvagens da Missão de São José* de Debret e *Uma Dança Indígena na Missão de São José em Nova Califórnia* de Langsdorff são desenhos impressionantemente semelhantes – ver figuras abaixo. As pinturas corporais dos aborígenes retratados, os adornos e até mesmo o número de personagens que figuram na cena são os mesmos. Dreys poderia estar se referindo a isso quando falou em “plágio”. Além disso, na

explicação de uma das suas pranchas, o autor de *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* menciona que estava descrevendo uma cena que assitia de sua janela: “... que eu tinha a honra de ver passar todos os dias diante de minha janela (DEBRET, 1975, p. 127).” Por tudo isso, creio que é de Debret que Dreys está falando. Enfim, Dreys ousava criticar, chamar de plagiador e caricaturista o integrante da Missão artística francesa, ex-professor, em 1839, da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e mestre do sócio do Instituto, Manuel de Araújo Porto Alegre.



Uma Dança Indígena na Missão de São José em Nova Califórnia - Langsdorff¹²⁸



Dança de Selvagens da Missão de São José - Debret¹²⁹

Para finalizar, Dreys deixava claro qual era a perspectiva de sua escrita:

Estrangeiro por nascimento, bem que sinceramente e de muito tempo aderente ao Brasil por simpatia e por gratidão, não nos pertence tomar parte das dissensões domésticas que rebentaram entre seus filhos; por isso, julgamos dever recusar-nos ao pedido de alguns amigos que desejavam um apêndice tratando da origem da guerra presente e dos movimentos estratégicos consecutivos (DREYS, 1990, p.13).

Ele não era um brasileiro, não pretendia sê-lo. Sua obra, portanto, não era patriótica, nem deveria sê-la. O que poderia ser pior para aqueles letrados do Instituto do que um autor que estava assumidamente descomprometido com o país – a pátria dos sócios - sobre o qual escrevia? As

¹²⁸ Extraído de: http://www.historycooperative.org/journals/whq/36.1/images/engstrand_fig13b.jpg. Acessado em: 10/01/2008. As gravuras são originalmente em cores.

¹²⁹ Foto do livro DEBRET, J. B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**.

críticas, portanto, recaíam sobre o autor, mas, ao que os textos indicam, eram as palavras de Dreys – e não ele próprio – que não agradavam à comissão.

O português Francisco Solano Constâncio teve seu nome associado a dois periódicos luso-franceses. De acordo com Fernando Egídio Reis, Constâncio foi para Londres em 1807 após a invasão francesa e em 1810 mudou-se para Paris, onde fixou residência (REIS, 2004, p. 13). Reis afirma que ao publicar os *Anais das Ciências, das Artes, e das Letras; por uma sociedade de Portugueses residentes em Paris* (1818), o português pretendia abandonar a vertente política que predominava no seu periódico anterior, *O Observador Lusitano em Paris* (1815), e também nos periódicos portugueses de Londres: “quanto a conteúdos, Constâncio declarava abandonar completamente as matérias políticas, dedicando este jornal quase exclusivamente a questões científicas e tecnológicas” (REIS, 2004, p. 9-13). Os *Anais* contavam, em 1818, com 748 assinantes, dos quais 27% viviam no Brasil. Reis destaca ainda que a noção de utilidade era uma das linhas de força marcantes em todo o jornal: “uma boa educação, complementada por sociedades literárias, criaria as condições para o desenvolvimento e para a difusão dos conhecimentos úteis” (REIS, 2004, p. 10). Afastar a noção de ciência da de política e vincular a idéia de utilidade da ciência ao desenvolvimento da pátria, são princípios totalmente compatíveis com os dos sócios do IHGB. Não fosse, é claro, um aspecto importantíssimo: Constâncio queria resgatar o papel de Portugal no cenário internacional. Em suas palavras:

Os Redatores, amantes da pátria e penetrados do dever dos vassallos, querendo concorrer até onde chega o seu cabedal de conhecimentos adquiridos por muito estudo, experiência, e observação em diversos países, para apressar a fausta época que deve repor a nação Portuguesa no lugar que outrora ocupou entre as nações cultas, determinarão aproveitar-se da residência que todos eles têm escolhido, para deste centro da Europa fazerem refletir os raios luminosos das Artes, e Ciências e da Literatura sobre os vastos e distantes Estados de S. M. F. (Apud REIS, 2004, p. 10).

A perda da colônia Brasil não devia ser considerada, por Constâncio, pouca coisa. Por isso, em sua *História do Brasil* havia tantas críticas à independência do Brasil. E foi por essa razão que ele foi censurado pelos sócios integrantes da comissão de história. Ou seja, a severa restrição feita ao autor, era apenas mais uma forma de desprestigiar o que ele havia escrito, porque, de fato, aquelas não seriam “úteis” a uma história brasileira.

Horace Say é uma incógnita nesta pesquisa. Sabe-se que seu nome do meio é Émile e que ele era francês e esteve no Brasil em 1815. O livro, doado ao Instituto pelo próprio autor, não foi

encontrado.¹³⁰ Sabemos, no entanto, que apesar das coisas que Say escreveu, ele não foi condenado como os outros dois autores. Considerando ainda que o juízo elaborado por José Joaquim Machado de Oliveira, sobre a obra *Geografia Brasileira*, não fazia referência ao nome do autor e, mesmo assim, encontrou um modo de desqualificá-lo.

Tudo isso, indica que as críticas apontadas diretamente aos autores, serviam como uma forma de desvalorizar o que eles haviam escrito. Os escritores eram rechaçados para que seus textos também fossem. Por outro lado, o livro do Visconde de São Leopoldo não teria nenhuma palavra, quem dirá idéia, censurada. Tanto pela posição que ocupava no IHGB e no Império, quanto pela perspectiva de sua obra.¹³¹

É inequívoco que os sócios faziam suas escolhas. O questionamento sobre quem recaiam as críticas – autor ou obra – buscava compreender se essa opção se dava pelo renome, ou pela falta dele, de quem escrevia, ou então pelo texto propriamente dito. A resposta, contudo, não é binária. Isso quer dizer que, poderia ser tanto pelo autor em si, como pelo que ia escrito, ou ainda, pelos dois motivos combinados.

¹³⁰ Além da busca pelo livro, fui atrás de autores que utilizavam citações de Say para saber quais eram suas fontes. Flora Sussekind remete a Ilmar Mattos que, por sua vez, remete ao texto *A herança colonial – sua desagregação* de Sérgio Buarque de Holanda da obra *História geral da civilização brasileira*, que não apresenta bibliografia. Com isso, pude deduzir que o acesso aos escritos de Say estaria um tanto quanto distantes no espaço e no tempo.

¹³¹ É evidente que Fernandes Pinheiro, conselheiro imperial, que dedicou a segunda edição de sua obra a D. Pedro II, apresentaria uma narrativa condizente com as expectativas e objetivos do Instituto.

2.4 Visão: uma constante epistemológica, um caso a parte

Viajar, ver com os próprios olhos é uma característica importante para qual área? História ou geografia? Talvez, numa resposta rápida, responderia “geografia”, já que a história se dedica ao estudo do passado humano, e é impossível *ver com os próprios olhos* o que não é presenciado, tal como o passado. Ao mesmo tempo, não é possível determinar a localização de um relevo ou acidente geográfico, por exemplo, sem que se olhe para ele – independentemente de qual método, ultrapassado ou moderno, se utilize. No entanto, se observarmos o modo como a escrita da história era pensada e construída em meados do século XIX, identificamos a presença da visão como uma “marca de enunciação”, ou seja, “como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”, a exemplo do que François Hartog identificou na obra seminal de Heródoto (HARTOG, 1999b, p. 273).

Viagem, testemunho e documento podem ser variações de um mesmo tema: a visão. Esse é um aspecto que está presente nos diferentes tipos de textos que integram a revista do IHGB. Apesar desta dispersão em que este tema aparece, ele não deve ser deixado de lado porque, tanto para a história quanto para a geografia, ver era importante. Viajar e olhar com os próprios olhos os lugares, poderia esclarecer questões relativas às duas áreas.¹³² Ser ou ter sido testemunha dos acontecimentos poderia conferir confiabilidade a um dado documento, texto ou discurso.

François Hartog (1999b, p.274) afirma que “dos filósofos da Jônia a Aristóteles, passando pelos médicos e historiadores, trata-se da vista como instrumento de conhecimento. Tal observação não tem como objetivo reduzir esses discursos a um denominador comum, mas apontar o que parece ser, indiscutivelmente, uma ‘constante epistemológica’”. Uma *constante* que parece ultrapassar o período referido pelo autor.¹³³ No texto de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes sobre *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?*, o autor sugere que as viagens científicas como forma de “(...) elucidar um ponto de História ou de Geografia, ainda não suficientemente

¹³² Sérgio Paulo Rouanet chama a atenção para o fato de que olhar e visão são duas noções distintas. No entanto, o autor afirma que “(...) o entrelaçamento da visão e do olhar, com peso igual e distribuído a cada pólo, é característico da ilustração.” (ROUANET, 1988, p. 127).

¹³³ Ultrapassa também o período desta pesquisa: Fernando Nicolazzi afirma que ‘Em Freyre, portanto, o ‘eu conheço’ funciona de modo similar ao ‘eu vi’ de Heródoto.’ E que o ver não só está atrelado ao conhecer, como a viagem é a garantia da escrita. (NICOLAZZI, 2006. p. 246 et. seq.).

esclarecido (...).”¹³⁴ Manoel Guimarães, ao analisar este mesmo texto de Pontes, afirma que “a visão atestaria assim a realidade destes tempos pretéritos, convencendo o presente de sua efetiva existência.” (GUIMARÃES, M., 2007, p. 111). Este texto de Silva Pontes tem a forma de um grande roteiro que indicava como coletar o maior número de documentos tanto para a história como para a geografia – como sugere seu título. O primeiro passo seria solicitar o consentimento dos responsáveis por arquivos particulares para que disponibilizassem o acesso aos documentos sob seus cuidados. O segundo passo consistia na nomeação de comissões, para que elas avaliassem a relevância e autenticidade dos materiais encontrados em tais arquivos. Em terceiro lugar, se sugeria as viagens científicas. Segundo Silva Pontes, essas viagens também produziriam documentos para a história e para a geografia do Brasil.¹³⁵ Viajar significava, então, acessar com os olhos os lugares e também as informações. A viagem, portanto, mais do que uma forma de ver, é um modo de conhecer.

O olhar, além de produzir um documento, é também o princípio que poderia dar confiabilidade a ele. Ou seja, ver, mesmo que não fosse com os próprios olhos, poderia ser a garantia de um registro mais “exato”. A comissão que avaliou a obra de Alexandre von Humboldt, elogiou o autor por ele ter utilizado na construção de seu relato a carta de Pero Vaz de Caminha, porque ele, de acordo com os sócios do Instituto, seria uma “autoridade irrefragável, pois que se achava a bordo da Esquadra (...)”¹³⁶. Assim como, ter visto a revolução do Maranhão confere autoridade a Domingos José Gonçalves de Magalhães: “O seu autor achou-se colocado *na mais feliz condição para observar* os sucessos que narra, sem alterá-los pelas paixões próprias, que comumente conturbam o juízo do historiador.”¹³⁷. Aqui podemos notar que não se tratava de qualquer olhar, mas sim de um olhar que sabia ver. De acordo com Rouanet, esta característica ainda do período da Ilustração em que “só o olhar sábio, instruído pela razão e pela experiência, livre de todas as vendas e de todos os obstáculos, pode julgar da realidade e da objetividade do que é visto. É preciso ver tudo, mas é preciso olhar tudo devidamente” (ROUANET, 1988, p. 132). Ou seja, tratava-se de um olhar conduzido, moldado pelos critérios científicos da época. Os sócios não afirmaram que Gonçalves de Magalhães não possuía paixões,

¹³⁴ PONTES, Rodrigo de S. da S. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? In: **Revista do IHGB**, tomo III, 1841. p. 150.

¹³⁵ *Ib. Ibid.* p. 150.

¹³⁶ Juízo sobre a obra intitulada *Examen Critique de L’Histoire de la Geographie du Nouveau Continent* par Alexandre Humboldt membro honorário do Instituto. **Revista do IHGB**, 1840, tomo II, p. 106.

¹³⁷ 173ª Sessão em 22 de julho de 1847. **Revista do IHGB**, tomo IX, p.425. Grifos meus.

mas sim destacaram que o autor sabia distanciar-se delas no momento em que era preciso. “Raros são os trabalhos feitos sobre acontecimentos políticos por autores contemporâneos, que reúnam tantos requisitos de perfeita exatidão e imparcialidade como esse de que ora nos ocupamos”, disseram.¹³⁸

Além disso, não foram poucas as vezes em que os sócios mencionaram a presença ou ausência da paixão. Como já foi dito, este sentimento estava associado à parcialidade. Não era possível ser imparcial em um julgamento caso se agisse com paixão. De uma certa forma, a paixão também está associada à visão. Ela aparece como um elemento que prejudicaria o olhar. Analisando a construção da oração que afirma que Magalhães estava em boas condições de observação para a construção de sua narrativa se pode notar na explicação que segue que diz que, ainda que tivesse observado tudo, não alterava as informações pela influência de suas paixões, pois estas poderiam ser responsáveis pela “conturbação do juízo” do historiador. Essa “conturbação do juízo” pode ser associada a uma alteração do olhar. Ou seja, a paixão seria capaz de turvar o olhar do observador – caso ele não soubesse ver “devidamente”.¹³⁹

Entre a porção de críticas feitas a Nicolau Dreys, uma se referia ao fato de sua escrita não permitir que o leitor visualizasse os lugares descritos por ela, comprometendo, dessa forma, a compreensão do seu texto:

em vez de apresentar as suas descrições simples e claras, de modo que parecesse ao leitor estar vendo os lugares descritos, pelo contrário, pelas palavras e frases de que faz uso, o guinda, e eleva tão alto, que lá se perde na região das nuvens, e fica sem entender o que leu.¹⁴⁰

Ou seja, seria através da visão que se daria a própria inteligibilidade do texto. O processo cognitivo da leitura passaria pela visão. Era preciso conseguir ver através das palavras, parecer estar vendo – seria imaginar? A imaginação, ao mesmo tempo, é a justificativa de Dreys para colocar em sua obra um mapa tão resumido: “ (...) sendo o mapa que a esta obra vai junto unicamente destinado a satisfazer às exigências da imaginação do leitor (...)” (DREYS, 1990, p. 13). Ambas afirmações indicam que o escritor sabia que suas palavras deveriam conduzir a produção da imagem que o leitor faria pela leitura do texto.

¹³⁸ 173ª Sessão em 22 de julho de 1847. **Revista do IHGB**, 1847, tomo IX . p.425

¹³⁹ Sobre o tema da paixão ver: ROUANET, Sérgio Paulo. Razão e Paixão In: CARDOSO, Sérgio. et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 437-467.

¹⁴⁰ Juízo sobre a obra intitulada por Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul Nicolau Dreys. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840. p. 99-100.

Para finalizar é interessante notar que o mesmo Dreys pretendia conferir autoridade à sua obra afirmando que ele era uma testemunha ocular dos fatos que narrava. Porém, essa autoridade estava calcada menos na visão do que em um aspecto temporal: a permanência nos lugares descritos. Na introdução intitulada *Ao público* Dreys afirmava que “escreveu o autor como testemunha ocular: dez anos de residência na Província facultaram-lhe bastante proporções para estudar essa bela região (...)” (DREYS, 1990, p.11). Destacando ainda que seu relato seria mais qualificado do que de viajantes que deduzem “historietas” superficiais, pois estas historietas seriam resultado das primeiras impressões dos viajantes. Estas primeiras impressões não deveriam, no entanto, guiarem a escrita, pois “infeliz do viajante que, depois de alguns anos de observações, não lacerou suas primeiras notas; arrisca a enganar-se a si mesmo e enganar os outros.” (DREYS, 1990, p. 12). Seria a permanência que garantiria a “exatidão” do que estava sendo relatado.¹⁴¹

O recurso ao argumento da permanência também pode ser encontrado em um juízo expedido por Machado d’Oliveira. Segundo o autor do parecer, ele teria subsídios para criticar uma referida obra, porque havia estado em treze Províncias do Brasil “e em algumas residido por longo tempo.”¹⁴² Machado d’Oliveira mais do que ter visto 13 Províncias do Brasil, ele as conhecia, porque havia se fixado por um tempo em algumas delas. Nestes dois casos – Dreys e Machado d’Oliveira -, a visão ainda era a forma de adquirir conhecimentos, mas o aspecto temporal é que parece reforçar a autoridade do que ia ser relatado.

Após a leitura de todos os pareceres publicados na revista entre os anos de 1839 e 1849, identifiquei que uma divisão analítica entre eles era passível de ser realizada. Havia críticas que eram quase elogios, ou seja, não havia, de fato, problematizações em relação aos textos produzidos por determinados autores. Eles eram apresentados como autoridades e mal poderiam

¹⁴¹ Neste sentido, vale destacar que Flora Süssekind analisa diversos relatos de viagens e afirma que havia diferentes “estratégias de afirmação de verdade” conforme o período no qual esses relatos eram produzidos. Para o início do século XIX, a autora afirma que o lugar comum nestes relatos era o da “escrita em trânsito”. Seria mais confiável, portanto, o relato que fosse escrito durante a viagem, e não após. As afirmações de Nicolau Dreys indicam, no entanto, a possibilidade de contestar esta lógica. A sua “estratégia de afirmação de verdade” estava ancorada justamente no oposto do viajante. Antes como “residente” que registra o que é mostrado com o tempo, do que como um viajante tomado pelas suas primeiras impressões, é que Dreys apresenta a si e o seu texto. Porém, ele e os viajantes possuíam uma mesma marca em seus relatos: eram todos estrangeiros. SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador a viagem**. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 144-145.

¹⁴² Pareceres de José Joaquim Machado de Oliveira sobre a obra Geografia Brasileira, e sobre o Plano de uma colonização para o Brasil. 1842/1845. **Arquivo IHGB**, lata 574, pasta 11.

ser questionados. Havia também críticas que, num extremo oposto, não perdoavam nada. E os autores que foram submetidos a esse tipo de crítica foram, não raro, debochados pelas comissões. No entanto, também havia críticas que não poderiam ser classificadas nem em um extremo, nem em outro. Elas apontavam problemas, mas também méritos nas obras analisadas. Foi interessante perceber que tanto na crítica extrema, quanto na crítica negociada havia um padrão de critérios que eram observados nas obras. O que significa dizer que fosse para somente elogiar, somente criticar negativamente ou ponderar qualidades e defeitos de uma mesma obra, as variáveis que se utilizava na avaliação das obras eram as mesmas. Estilo literário, inexatidões, contradições e parcialidades eram parâmetros destas críticas. Além disso, a metodologia utilizada pelas comissões para realizar as avaliações foi geralmente a comparação da obra submetida a outras obras e/ou documentos. Vale destacar que tanto a comissão de história quanto a de geografia adotavam esses critérios e método.

Por fim, a constante epistemológica identificada por François Hartog na obra de Heródoto, parece ser, de fato, uma constante e pode ser identificada também nos textos produzidos pelos sócios do IHGB. Viajar para ver, verificar e conhecer, aparecem na sugestão de Silva Pontes às viagens científicas. A visão poderia ser também o princípio que sugeria confiabilidade a um documento utilizado na construção de um relato. De uma certa forma, poderia transferir confiabilidade ao próprio texto que contivesse tal tipo de documento. Em outros casos, a visão poderia fazer parte do processo cognitivo da leitura. Assim como os critérios utilizados pelas comissões eram os mesmos, ver era um princípio importante tanto para a história quanto para a geografia.

Conclusão

“Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela.”

Michel de Certeau¹⁴³

Januário da Cunha Barbosa não estava, de todo, errado. Sua afirmação de que separar a história e a geografia era fazer retroceder a ciência tem um certo sentido. De uma certa forma, Cunha Barbosa afirmava que não era possível separar o tempo do espaço. Albert Einstein e sua teoria da relatividade provaram que de fato não é possível separá-los e o que existe é o tempo-espaço. Se o que existe é o tempo-espaço, como teria sido se Einstein tivesse vivido e criado a teoria da relatividade no século XIX? Se Einstein tivesse vivido no século XIX, ele poderia ter inventado a teoria da relatividade? Talvez não tivessem se desenvolvido duas ciências distintas, porque tempo e espaço não poderiam ter sido princípios separados de cada uma delas. Isso nunca saberemos. Da mesma forma, também não temos como saber se o IHGB seria histórico e geográfico caso os proponentes da instituição não fossem Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha Mattos.

No entanto, a “ciência da adivinhação” - do que teria sido - não cabe nem à história, nem à geografia. O fato é que elas surgiram mais do que como ciências aparentadas, eram irmãs siamesas inseparáveis. Ambas coadjuvando-se foram fundamentais no movimento que pretendia civilizar o Império do Brasil.

O cônego Cunha Barbosa e José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, não apenas foram personagens importantes no Instituto, como também são peças centrais para se compreender as diretrizes dos primeiros anos de funcionamento do IHGB. Como foi mostrado neste trabalho, mais do que responsáveis pelo nascimento do Instituto, eles investiram na condução de uma instituição que primava pelo desenvolvimento de duas áreas: a história e a geografia. Herdeiros de concepções iluministas, estes letrados começavam a pensar e

¹⁴³ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 76.

organizar os primórdios da ciência histórica e geográfica no e, fundamentalmente do, Brasil – afinal aquela foi uma época de produção de conhecimento patriótico.

Nestes primeiros anos de existência, que vão da sua fundação até meados do século XIX, a história enlaçada à geografia era prioridade. A geografia tinha uma importância no Instituto que não caberia apenas a uma ciência auxiliar. História e Geografia eram dois ramos distintos e reciprocamente complementares. Elas faziam parte de uma concepção de ciência um tanto quanto vaga e que deveria ser imparcial, ordenadora, útil e que – ainda naquelas circunstâncias – não se opunha à literatura. Companheira das letras e das artes, a ciência concebida pelo cônego e pelo Visconde se opunha à política. Invertendo, dessa forma, os lugares sociais que ocupavam. Os sócios-fundadores do IHGB, que eram em sua maioria vinculados ao aparelho do Estado Imperial¹⁴⁴, criticavam a grande influência da política no contexto de até então. Ou seja, os sócios participavam tanto da política imperial quanto de uma instituição que se pretendia científica e ao afirmarem que a ciência deveria se opor à política, pois esta não permitiria a imparcialidade requerida por aquela, estavam definindo a si próprios antes como homens de ciências, ou de letras, do que homens de política.

A imparcialidade significava ter sob controle as paixões políticas, não deixá-las conduzir a narrativa, ou influenciá-la. Paixão, parcialidade e contradição formavam uma tríade infausta – como pode constatar pela análise das críticas elaboradas pelas comissões do Instituto. A contradição era a representação textual da parcialidade causada pelas paixões de um autor. O que significa dizer que a imparcialidade estava associada à coerência de um texto e ainda que fosse incompatível com a paixão era plenamente compatível com o amor à pátria.

A noção de utilidade que a ciência deveria ter estava associada tanto ao incentivo à instrução pública – representada pelo desejo inicial do Instituto em promover um curso de história e geografia – quanto ao desenvolvimento econômico do país. Tanto um como outro eram formas de civilizar o Brasil. Ou seja, a história e a geografia enquanto ramos científicos deveriam servir à instrução dos “Brasileiros”, porque este era o modo de colocar o Brasil entre as nações civilizadas. Promover as ciências também implicava o melhor conhecimento do país e, conseqüentemente, permitia a melhor exploração de seu potencial econômico. A noção de utilidade imbricava, portanto, a dimensão “prática” e “teórica” da construção nacional.

¹⁴⁴ GUIMARÃES, Manoel. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p. 9.

O trabalho das comissões incumbidas da avaliação de obras – ou seja, comissão de história, geografia ou especial - levava em consideração alguns critérios específicos. A contradição é um deles, como foi dito anteriormente. Outro era o estilo literário do autor, que curiosamente só foi observado quando a obra que estava em julgamento havia sido escrita originalmente em português. Ou seja, a escrita cujo estilo deveria ter um padrão suscetível de avaliação era a portuguesa. O que significa dizer que havia um estilo literário considerado adequado – assim como havia a história e a geografia adequadas, a patriótica – e ele deveria ser simples e estar livre de influências estrangeiras. As comissões, portanto, não estavam selecionando apenas os “materiais” interessantes para a futura escrita da história e da geografia do Brasil, elas também estavam elegendo um padrão literário que pudesse ser considerado patriótico.

Outra característica observada pelas comissões era a exatidão/inexatidão dos textos, o que significava que as informações oferecidas pelos diversos autores em suas obras deveriam ser “verdadeiras”. Elas deveriam ser um dado que correspondesse à realidade, e a realidade, daquele momento, era que muitas coisas ainda estavam por ser determinadas. Ou seja, informar com precisão algum fato sabidamente desconhecido poderia ser uma inexatidão.

A verificação dos dados fornecidos por uma dada obra poderia ser feita fundamentalmente pela comparação da obra submetida a exame com alguma outra, ou com um documento. No entanto, em função da notoriedade particular de alguns autores – como nos casos de Humboldt e do Visconde de São Leopoldo -, as comissões nem sempre se sentiam autorizadas a compará-los. Uma outra forma de esclarecer alguma dúvida em relação a um aspecto histórico ou geográfico, sugerida por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, era a viagem científica. Ou seja, quando não era possível, através de documentos já existentes, identificar a solução de alguma questão, a viagem científica surgia como uma possibilidade e até mesmo como a única maneira de elucidação. A observação direta geraria, portanto, um documento. Ver era uma forma de conhecer. A visão é um elemento que está presente em diversos aspectos dos textos. Além de ser um componente importante na constituição do conhecimento, também poderia garantir a confiabilidade de um dado relato, ou ainda teria uma função cognitiva em relação à escrita. Algumas vezes, não obstante, a dimensão temporal reforçava a visão: mais do que ver era preciso também permanecer.

Pode-se dizer, com base nesses critérios, que havia dois tipos de crítica. Uma interna ao texto (intratextual) e outra externa a ele (intertextual). Ou seja, apenas pela leitura do texto era possível avaliá-lo. Este foi o caso da contradição e do estilo literário do autor. A crítica externa é aquela que utilizava outros recursos para o julgamento da obra, tais como a consulta à bibliografia, a documentos e até mesmo o próprio conhecimento dos pareceristas. O pré-julgamento que os sócios do Instituto faziam de alguns autores também funcionava como essa crítica externa, uma vez que, em alguns casos, mais importante do que avaliar o que estava escrito era dimensionar quem o havia feito.

De tudo isso, pude concluir que a despeito da importância que tinham a coleta e o armazenamento de documentos para estes membros do IHGB, as obras submetidas à crítica eram muito mais julgadas enquanto textos do que pesquisas em história ou geografia, que levassem em conta esses documentos. Essas críticas tinham ainda uma função de alertar ou conduzir a leitura dos livros avaliados, as quais chamei de *extraprefácio* implícito, em concordância com a definição de prefácio implícito de François Hartog (1999a). Como em um prefácio, ao elaborarem seus pareceres, os sócios pretendiam esclarecer e dar uma idéia geral – nem sempre positiva – da obra submetida à crítica. Entretanto, estes juízos não foram escritos para serem prefácios – por isso, prefácios implícitos. Tampouco faziam parte do corpo dos textos ao quais se dirigiam – por essa razão *extraprefácios*.

O cônego e o Visconde propuseram e sustentaram um Instituto que tivesse uma estrutura institucional igualitária para as duas áreas – o nome, o número de sócios e o número de componentes em cada uma das comissões. Eles de fato defenderam uma instituição na qual a história e a geografia tivessem um desenvolvimento paralelo. No entanto, essa situação foi modificada quando, em função de suas mortes, um novo quadro de sócios assumiu o comando do IHGB.¹⁴⁵ Sob o comando de Araújo Vianna – presidente - e Manoel Ferreira Lagos – primeiro-secretário – o Instituto passou a se dedicar também ao estudo arqueológico e etnográfico. O final da década de 1840 também marcou a presença e a participação constante do Imperador do Brasil no Instituto. D. Pedro II exigia novos rumos para os trabalhos desenvolvidos pelo IHGB.

¹⁴⁵ Januário da Cunha Barbosa faleceu em 1846, e Fernandes Pinheiro em 1847.

Fontes

ASSIS, Machado de. **Instinto de Nacionalidade e outros ensaios**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839.

_____. Discurso. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839.

_____. Relatório do Secretário Perpétuo. **Revista do IHGB**, tomo II, 1840.

_____. Relatório do Secretário Perpétuo. Segunda sessão pública aniversária. In: **Revista do IHGB**, 1840, tomo II.

_____. Relatório dos Trabalhos do Instituto durante o Quarto Ano Social. In: **Revista do IHGB**, tomo IV, 1842.

_____. Relatório lido no ato de solenizar-se o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo V, 1843.

BREVE notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1839, tomo I.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **História do Brasil**: desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Trad.: Sérgio Milliet. São Paulo: Ed. Martins, 1975. 6ªed.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Nova Dimensão e EDIPUCRS, 1990.

EXTRATO dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839.

JUÍZO sobre a Historia do Brasil, publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839.

JUÍZO sobre a obra intitulada Examen Critique de L'Histoire de la Geographie du Nouveau Continent par Alexandre Humboldt membro honorário do Instituto. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840.

JUÍZO sobre a obra intitulada Histoires des Relations Commerciales entre la France et le Brésil, par Horace Say. In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839.

JUÍZO sobre a obra intitulada por Notícia Descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul Nicolau Dreys. In: **Revista do IHGB**, tomo II, 1840.

JUÍZO sobre os Annaes da Província de S. Pedro publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo. (2ª edição). **Revista do IHGB**, tomo I, 1839.

LAGOS, Manoel Ferreira. Discurso do Presidente. **Revista do IHGB**, tomo II, 1840.

_____. Relatório do Primeiro Secretário. In: **Revista do IHGB**, tomo XI, 1848.

MORAIS, A. **Diccionario da Língua Portugueza**. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. v1. Fac-simile.

PARECER da Comissão de Geografia sobre dois mapas oferecidos ao Instituto. **Revista do IHGB**, 1840, tomo II.

PARECER Sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL, séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'em 1831 inclusivement. Par J. B. Debret. In: **Revista do IHGB**, 1841, tomo III.

PARECERES da Comissão de Geografia sobre: notícia descritiva da Província de São Pedro do Sul; e descrição geográfica da mesma província com resumo da Guerra do Uruguai. **Arquivo do IHGB**, lata 574, pasta 6 (doc.1).

PARECERES de José Joaquim Machado de Oliveira sobre a obra Geografia Brasílica, e sobre o Plano de uma colonização para o Brasil. 1842/1845. **Arquivo IHGB, lata 574, pasta 11.**

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Discurso de Abertura Recitado pelo Presidente, In: **Revista do IHGB**, tomo I, 1839.

_____. Discurso de Abertura Recitado pelo Presidente o Exm. Sr. Visconde de S. Leopoldo. In: **Revista do IHGB**, tomo III, 1841.

_____. Discurso do Presidente o Exm. Sr. Visconde de São Leopoldo. In: **Revista do IHGB**, tomo IV, 1842.

_____. **Anais da Província de São Pedro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 5ª ed.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil. In: **Revista do IHGB**, tomo III, 1841.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-1853, tomos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XVI. (Atas das sessões).

UMA Dança Indígena na Missão de São José em Nova Califórnia. Extraído de: http://www.historycooperative.org/journals/whq/36.1/images/engstrand_fig13b.jpg. Acessado em: 10/01/2008.

Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: pesquisa e método**. Tradução: Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia crítica do campo científico**. Tradução: Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BURKE, P. **História e teoria social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Ed. Unesp, 2002..

CADIOU, François (et al). **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Tradução: Gisele Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARDOSO, Luciene P. C. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaços de sociabilidade e de relações de cooperação na gestão do diplomata Macedo Soares. In: **SBPH – Anais da XXV Reunião**. Rio de Janeiro, 2005.

CASAGRANDE, Ieda M. K. **O projeto Januário da Cunha Barbosa: contribuições para a memória da instrução elementar pública brasileira**. Dissertação de mestrado. UFSM. Santa Maria, 2006.

CATROGA, F. Ainda será a História Mestra da Vida? In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, Edição especial n.2, 2006.

CAVALERI, Paulo. **La restauración Del Virreinato. Orígenes Del nacionalismo territorial argentino**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v.8, n.1, 2004.

_____. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. In: **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1, jan/jun. 2005.

_____. Uma “retórica da nacionalidade”: a escrita da história no século XIX. In: GUIMARÃES, M. L. S. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

_____. O poeta e o historiador – Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. In: **História Unisinos**, v. 11, n. 3. set/dez 2007.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (org). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. As Ciências Naturais e a Construção da Nação Brasileira. In: **Revista de História**. São Paulo. FFLCH- USP. nº 135. 1996.

DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Tradução: Fernanda Abreu. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FLORES, Moacyr. Introdução. In: DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Nova Dimensão e EDIPUCRS, 1990.

GALLERY of Historians at the Institute of History – Leopold von Ranke. Disponível em: <http://www.geschichte.hu-berlin.de/galerie/texte/rankee.htm>. Acessado em 12/11/2007.

GAY, P. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Tradução: Denise Bootmann. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. In: **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, p. 31-47, jan/jun. 2005.

_____. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, J.M. de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARTOG, François. Comment on a écrit l'histoire en Grece et à Rome. **L'histoire d'Homère à Augustín**. Paris: Édition du Seuil, 1999a.

_____. **O Espelho de Heródoto : ensaio sobre a representação do outro**. Tradução: Jacintho Lins Brandão. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 1999b.

HELFERICH, Gerard. **O Cosmo de Humboldt: Alexander von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo**. Tradução: Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HISSA, Cássio Eduardo. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Dissertação de Mestrado. PUCRS. Porto Alegre, 2007.

JACQUARD, Albert. Espaço-tempo. **Filosofia para não-filósofos: respostas claras e lúcidas para questões essenciais**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. In: **Varia Historia**. Vol. 23, n. 37, jan/jun 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2006.

_____. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. trad. Daniel Innerarity. Espanha: Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

LANGER, Johni. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. In: **Anos 90**, Porto Alegre, n. 9, julho de 1998. p. 165-185.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Ed. Universiadde de São Paulo, 1996.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo C. da C. CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MARTINS, Luciana de Lima. Friedrich Ratzel. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_05/friedrich5.pdf. Acessado em 12/11/2007.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annalume, 2005.

MOTA, L. T. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as Populações Indígenas no Brasil do II Reinado. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n.1, p. 117-142, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

NICOLAZZI, F. Gilberto Freyre: olhos seus, olhares alheios. In: GUIMARÃES, M. L. S. (org.). **Estudos Sobre a Escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

OS PENSADORES: Comte. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

PEIXOTO, R. A. **A Máscara da Medusa: A Construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX**. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Sérgio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In: **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2. jul/dez 2005.

QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. 2ª ed. Tradução: Liliana Laganá Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

REIS, Fernando Egídio. Para a História da Divulgação Científica em Portugal: as ciências nos periódicos portugueses do século XVIII e princípios do século XIX. Disponível em: http://www.proformar.org/revista/edicao_13/divulga_cienc_portugal.pdf. Acessado em: 02/12/2007.

RODRIGUES, Mara. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 40. In: **Metis: história e cultura**. V.1, n.2, jul-dez/2002.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. A biografia intelectual de Cunha Mattos e o contexto da consolidação da independência do Brasil. Disponível em : <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/NEUMA%20BRILHANTE%20RODRIGUES.pdf>. Acessado em 10/12/2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. Razão e Paixão In: CARDOSO, Sérgio. et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. O Olhar Iluminista. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SANTOS, Milton (org). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II. In: **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças, cientistas instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SODRÉ, Nelson W. **Introdução à Geografia – Geografia e Ideologia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Notas sobre epistemologia da Geografia. In: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. n. 1 (maio 1999). Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador a viagem**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

VARELLA, Flávia Florentino. Os desejos de um monarquista convicto: a carta de Januário da Cunha Barbosa ao Imperador D. Pedro II. Disponível em: **Revista eletrônica Cadernos de História**, [www.ichs.ufop.br/cadernos de historia](http://www.ichs.ufop.br/cadernos%20de%20historia). Acessado em: 10/12/2007.

WHITAKER, Arthur P. Jose Silvestre Rebello: The First Diplomatic Representative of Brazil in the United States. In: **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 20, No. 3 (Aug., 1940).